

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO E HOSPITALIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**


YASMIN DE ALMEIDA SILVA SANTOS REIS

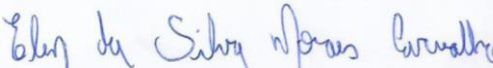
**LARGO DO ROSÁRIO EM CUIABÁ/MATO GROSSO E O IMPACTO DO SEU
ABANDONO NO TURISMO**

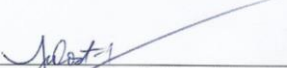
**CUIABÁ-MT
2023**

FOLHA DE APROVAÇÃO**LARGO DO ROSÁRIO EM CUIABÁ/MT E O IMPACTO DO SEU ABANDONO PARA O
TURISMO**

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso –
Campus Cuiabá - como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Fernando Queiroz Martins
(Orientador – IFMT)

Profa. M.a Elen da Silva Moraes Carvalho
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. José Vinicius da Costa Filho
(Examinador Interno)

Data: 19/06/2023

Resultado: *aprovada*

LARGO DO ROSÁRIO EM CUIABÁ/MT E O IMPACTO DO SEU ABANDONO NO TURISMO

Yasmin de Almeida Silva Santos Reis.¹

Orientador: Prof. Dr. Daniel Fernando Queiroz Martins.²

RESUMO

A motivação que dá origem a este artigo é o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, onde nele consta que o Largo do Rosário na capital do Estado de Mato Grosso Cuiabá, é tombado como área de entorno, e que sendo assim ele apresenta proteção e restrições perante a lei. A partir disso, cria-se a importância de trazer as informações históricas, culturais, compreender o porquê o local em pleno ano de 2023 encontra-se abandonado e assim promover a valorização do próprio para o morador, visitante e turista da cidade. Como forma de apreciar as regiões de uma dada localidade, os imóveis tombados apresentam um segmento no turismo, pois criam o conjunto denominado de Centro Histórico e Área de Entorno. Dessa forma, é possível desbravar dos seus imóveis tanto em aspectos materiais como imateriais, sendo na composição interna ou externa o que compreende os aspectos de cultura e história dos antepassados. Na pesquisa desenvolvida em ano de 2023, estabeleceu-se como objetivo geral analisar quais foram os motivos do abandono do Largo do Rosário, através dessa análise verificar os impactos causado diretamente no turismo, planejamento urbano, social e seus problemas posteriores gerados através do abandono. Para isso, adotou-se por metodologia um estudo bibliográfico, entrevistando uma moradora do local e o Chefe da Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional - IPHAN. A partir dos resultados obtidos pela análise qualitativa, juntamente com pesquisas bibliográficas, exploratórias, coleta de dados in loco e entrevistas semiestruturadas, mostram que o Largo do Rosário tem potencialidade de receber uma revitalização ou restauração, para que assim se preserve toda a identidade histórica e cultural cuiabana que ainda existe no local. Portanto passível de ser considerado como bem cultural integrado ao turismo histórico, cultural, artístico, arquitetônico e paisagístico de Cuiabá.

Palavras-chave: Largo do Rosário-Cuiabá. Turismo. Cultura. Patrimônio Histórico. Revitalização.

ABSTRACT

The motivation behind this article is Decree-Law No. 25, of November 30, 1937, where it states that Largo do Rosário in the capital of the State of Mato Grosso Cuiabá, is listed as a surrounding area, and that being so, it has protection and restrictions By the law. From this, the importance of bringing historical, cultural, understand why the place in the middle of the year 2023 is abandoned and thus

promote the valuation of the own for the resident, visitor and tourist of the city. As a way of appreciating the regions of a given locality, the listed properties present a segment in tourism, as they create the set called Historic Center and Surrounding Area. Of that way, it is possible to explore their properties both in material and immaterial aspects, being in the internal or external composition what comprises the aspects of culture and history of the ancestors. In the research carried out in 2023, the objective was to general analysis of what were the reasons for abandoning Largo do Rosário, through this analysis verify the impacts caused directly on tourism, urban and social planning and their later problems generated through abandonment. For this, a methodology was adopted bibliographic study, interviewing a local resident and the Head of the Technical Division of the Institute of Artistic and National Historical Heritage - IPHAN. From the results obtained by qualitative analysis, together with bibliographical and exploratory research, collection of on-site data and semi-structured interviews show that Largo do Rosário has potential to receive revitalization or restoration, so as to preserve all the cuiabana historical and cultural identity that still exists in the place. So likely to be considered as a cultural asset integrated with historical, cultural, artistic, architectural and landscape of Cuiabá.

Key words: Largo do Rosário-Cuiabá. Tourism. Culture. Historical Heritage. Revitalization.

¹Graduanda do Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Cel. Octayde Jorge da Silva, Campus Cuiabá. yasmin.reiscuiabamt@gmail.com

²Professor Orientador Docente do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá do Curso de Bacharelado em Turismo e Eventos Integrado. Daniel.martins@cba.ifmt.edu.br

INTRODUÇÃO

O turismo envolve o deslocamento de pessoas, interessadas por diferentes motivações, e é neste quesito que uma delas é formada para o grupo de pessoas que se instigam por compreender o passado dos lugares, suas memórias e marcos. Ao redor do mundo são vários os lugares que ajudam a contar sobre o passado, sobretudo nas cidades que mantêm seu patrimônio histórico preservado. Normalmente esses lugares estão associados ao início das cidades e a partir deles é onde toda a sua estrutura urbana se desenvolveu. Estes locais já tiveram uma função de centralizar equipamentos religiosos, políticos, sociais e são conhecidos como Centro Histórico. Ele é composto por um enorme valor cultural, histórico, social, crítico, moral, econômico, arquitetônico e turístico.

A magnitude de importância de um monumento ou espaço público tombado como patrimônio histórico, se apresenta pelo princípio de possuir uma localidade única (onde por sua vez pode enfatizar a história local, cultura e os moradores iniciais através de informações e saberes sobre os próprios), construção própria (matérias, métodos, máquinas que foram utilizadas para a construção das edificações e os profissionais que realizaram os projetos arquitetônicos daquele espaço) e relações sociais (verificando as ações realizadas naquele local, partindo do próprio para a sociedade, e o seu processo de tombamento).

Devido a essa forma, também é colocado em pauta a importância para se preservar, valorizar, revitalizar e mostrar a dimensão de relevância desse local, na vida do turista e morador daquela localidade, tanto que Gaspar (1985, p. 17) comenta que “de facto, numa cidade, qualquer que seja a sua dimensão, há sempre uma área mais sensível e que melhor traduz o próprio valor da cidade”.

Neste sentido de embasamento está a região do Largo do Rosário, que é tombada como área de entorno, onde se localiza na parte envoltória da então região que recebeu o título de tombamento denominado de centro histórico da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. No ano de 2014, foi realizado A Copa do Mundo FIFA de futebol masculino na capital. A partir dessa ação, medidas iniciais para o recebimento do evento, começaram a ser tomadas a partir do ano de 2012, como a instalação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), na região do Largo do Rosário. A partir desse período, uma parte interna do Largo do Rosário, por onde estava previsto para passar o modal de transporte, recebeu a identificação não oficial pelo nome de “Ilha da Banana”. Este nome nunca foi oficializado e o seu uso, refere-se de forma ofensiva, para alguns moradores do local. Portanto, o Largo do Rosário compreende não somente a Ilha da Banana, mas a área formada pela Ilha da Banana e a área que está instalada a Igreja do Rosário e Paróquia São Benedito.

A área aprofundada neste artigo, será o da região da “Ilha da Banana”, onde receberá em determinados momentos no texto, a referência pelo nome de Largo do Rosário, pois a outra forma de nomeação nunca sofreu oficialização. Sendo assim, a Ilha da Banana compõe o entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá, Entorno Setor Rosário. O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá, formados pelas poligonais

de entorno e tombamento, foram tombadas provisoriamente em 1987 e definitivamente em 1988, através de portaria publicada no Diário Oficial da União, nos termos dos Arts. 17 e 18 do Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937, mesma Lei que criou o IPHAN.

Sendo uma espécie de triângulo formado entre o Morro da Luz e a bicentenária Igreja do Rosário e São Benedito, a Ilha da Banana, engloba as seguintes ruas: Av. Coronel Escolástico, com a Avenida Tenente-Coronel Duarte, mais conhecida como “Avenida da Prainha”. Neste local, foram surgindo então construções de casas das pessoas que estavam descobrindo assim como o ouro, a cidade. Atualmente, o local encontra-se abandonado com tapumes estilizados em seu entorno, isso devido a intervenção para desapropriação dos locais, que ocorreram a partir do ano de 2012, para a construção do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), que de fato essa obra não chegou a ser finalizada.

Sendo assim, o problema de pesquisa que se coloca é: quais os motivos do abandono do Largo do Rosário (ênfatizando a parte não oficial denominada de “Ilha da Banana”) e os seus impactos para a sociedade, e o turismo de Cuiabá? A hipótese da pesquisa é que por se tratar de uma região tombada, e que está abandonado no entorno do centro histórico de uma capital, acaba (a partir do segundo fator mencionado anteriormente), realizando por sua vez um impacto direto e negativo no cotidiano do indivíduo, da cidade e do turismo da região local. Assim, devido ao fato do lugar ter grande carga histórica e cultural, ele acaba por ser uma alternativa a possuir sua inserção no seguimento do turismo.

Essa ação acontece, porque desde que o local sofreu suas intervenções para as desapropriações e processos de resistências como, as lutas pelos direitos das residências, muitas ações de desvalorização do local começaram a acontecer. Além das demolições parcial de alguns casarões, o aumento da criminalidade e comercialização das drogas surgiram no local. Dessa forma, através deste presente artigo, será apresentado informações que confirmam que o local tem potencialidade de uma nova retomada, recuperando parcialmente as suas histórias e com isso passando a impactar positivamente.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar quais foram os motivos do abandono do Largo do Rosário (ênfatizando a área da Ilha da Banana), através dessa análise verificar os impactos causado diretamente no

turismo, planejamento urbano, social e seus problemas posteriores gerados através do abandono, sendo os objetivos específicos:

- Caracterizar a área de estudo no contexto evolutivo de Cuiabá, demonstrando a sua importância para a memória do povo cuiabano;
- Apontar possibilidades de aproveitamento do local reforçando o tripé: história, memória e uso turístico.

A razão da escolha desse tema, foi pelo fato de que o Largo do Rosário possui uma enorme gama de história, cultura e conhecimento para o turismo da cidade de Cuiabá e por se tratar de um bem tombado, mesmo que na área de entorno, ele não deveria estar abandonado na região de redondeza do centro histórico da capital de Mato Grosso. Portanto, surge a necessidade de voltar a percepção da importância para esse local, para que dessa forma possa oferecer e favorecer novas reflexões públicas, sendo mais efetivas para a preservação e uso turístico dos espaços de importância histórica e social de Cuiabá. Além disso, retirar do oculto do morador local, visitante e turista a sua relevância.

METODOLOGIA

Na elaboração deste artigo foi utilizado de quatro ferramentas de pesquisa que se complementam. Estas serviram de base ao tema principal, fornecendo dados e assim delimitando na busca do conhecimento, que foram as seguintes: o método de investigação qualitativa, com pesquisas bibliográficas, exploratórias e pesquisa de campo.

Os dados qualitativos serviram para compreender a complexidade e os detalhes das informações coletadas. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada (GODOY, 1995, p. 21).

O estudo bibliográfico sobre a região do Largo do Rosário apresenta-se na questão de a localidade ser tombada e estar abandonada na presente capital. Dessa forma, a pesquisa possui um elaborado material, sendo composto especialmente por livros e artigos científicos.

Além disso, em relação ao objeto de pesquisa, esta caracteriza-se como exploratória. Com o propósito de apresentar-se em uma maior familiaridade na compreensão de um fenômeno ou problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2019, p 41).

Como instrumento de coleta de dados para melhor se aprofundar mais sobre o assunto e conseguir captar informações precisas e validadas oficialmente, foram utilizados da técnica de observação do local, coleta de dados in loco, fotografias realizadas pela autora do então artigo e entrevistas semiestruturadas, que juntamente a esta última citação foi aplicado um formulário de pesquisa. Com essa última citação, foram realizadas 2 entrevistas, a primeira com a moradora ainda presente no local do Largo do Rosário, a sra. Matilde Santos Rodrigues de 61 anos, e a segunda com o sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe de Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN).

Buscou-se investigar a partir dessa técnica, o por que o local ainda se encontra abandonado? Qual o seu impacto para o turismo? E qual a situação de umas das moradoras presente ainda no local, com relação a segurança, indenização e processos de desapropriação? A entrevista é um método de coleta de dados que permite ao pesquisador um relacionamento direto com o grupo estudado. Ela, como qualquer base de dados, se torna mais eficiente quando o universo de respostas obtidas se torna maior. (MARTINS, 2018).

As presentes entrevistas foram realizadas de forma semiestruturadas. A primeira foi de modo presencial, com a sra. Matilde Santos Rodrigues (moradora do Largo do Rosário). Para solicitar a entrevista, a autora do presente artigo, entregou pessoalmente na residência da senhora Matilde Santos Rodrigues um documento de ofício (apêndice A), no dia 30, de maio, do ano de 2023, com a requisição da própria, juntamente com a autorização de solicitação de gravação em áudio. Após sua confirmação o encontro ocorreu no dia 04, do mês de junho, do ano de 2023, sendo em um domingo às 15:30 da tarde, na praça de alimentação do Pantanal Shopping, em Cuiabá. Neste encontro, foi autorizado do uso de gravação em áudio do próprio e aplicado um formulário composto por dez perguntas (apêndice B), elaboradas pela entrevistadora e que essas foram preenchidas pela informante juntamente com o pesquisador, “face-a-face”. A técnica em foco está fundamenta em uma série de questões ordenadas

sucessivamente e relacionadas com o objetivo do estudo, requerendo a necessária assistência do pesquisador ao pesquisado, portanto, se estabelece um contato pessoal de ambas as partes (FACHIN, 2005).

A segunda entrevista foi realizada através do método de videoconferência, utilizando da ferramenta online Microsoft Teams, com o sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe de Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN). Para solicitar a entrevista, também foi enviado através da plataforma do Google, o Gmail, um documento de ofício (apêndice C), com a requisição da própria, juntamente com a autorização de solicitação de gravação em áudio. Após sua confirmação, ela foi realizada no dia 05, do mês de junho, do ano de 2023, sendo em uma segunda-feira às 16:00 horas da tarde. Esta reunião em vídeo, foi autorizada de gravação, para ser transcrita posteriormente. Além disso, também foi inserido durante o diálogo, a aplicação de um formulário composto por dezessete perguntas (apêndice D), onde o entrevistado respondeu todas as questões. Entretanto, a coleta de dados online demanda adaptações. No caso das entrevistas, salienta-se a importância de não se estender a sua duração em demasiado, visto que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem causar mais fadiga aos participantes, em comparação à coleta de dados face a face (SCHMIDT, 2020).

1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO

1.1 Conceitos de Patrimônio Históricos e Tombamentos

As cidades e seus núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Através de sua conservação é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. Para que essa ação seja possível, existem as edificações tombadas como patrimônios históricos. Pode-se referir a qualquer edificação, que represente parte da cronologia do local de uma cidade ou município.

Estes espaços possuem cautela minuciosa, que se referem ao seu tombamento. Dessa forma, a sua destruição, demolição ou mutilação se tornam crimes e reformas, reparações, pinturas, restaurações ou alterações, por

qualquer forma, sem prévia autorização, podem gerar multas. Sendo um ato administrativo, o tombamento também tem como objetivo, o reconhecimento e a ação de se preservar bens de valor cultural, histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e ambiental. Com isso, um patrimônio pode ser um bem, conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornarem protegidos, como p. ex., pelo tombamento, devem ser preservados para o usufruto de todos os cidadãos (AURÉLIO, Dicionário, 1975).

Essas propriedades despertam o interesse, e consequentemente instigam a procura por mais informações sobre a devida localidade. Quando um conjunto de bens, possui valor histórico nacional, o seu tombamento é a nível federal. O mesmo acontece quando esses imóveis, passam a ter relevância a nível estadual ou municipal, podendo ser tombado por unidade em conjuntos ou separadas como, a região do centro histórico de Cuiabá, que possuem algumas edificações tombadas no mesmo território pelo Governo do Estado de Mato Grosso, Município e outras pelo IPHAN.

Dessa forma, a legislação do Estado, ela não é concorrente com a legislação do IPHAN, mas sim são complementares. Porém dependendo da circunstância, irá se sobrepor a mais restritiva por exemplo, se o Governo do Estado estiver com uma legislação mais restritiva, o IPHAN, irá seguir suas restrições, o mesmo acontece caso seja o município com leis mais restritivas. Entretanto, as legislações do Estado não se sobrepõem a Legislação Federal. A ordem correta a se seguir é: primeiramente a federal, depois a estadual e assim a municipal. Entretanto é importante sempre analisar a Constituição Federal de 1988, pois é muito comum os gestores públicos promulgarem e homologarem leis que não tenham legalidade.

Sendo lugares especiais de uma nação, passam a constituir também a base do Patrimônio Cultural Brasileiro. Sua preservação pode ser de responsabilidade da União pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Cultura), do Governo Estadual sendo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado (CONDEPHAAT), e da Administração Municipal com leis específicas.

O que destaca a visita de um novo destino, são os prédios históricos ou as construções que de alguma forma representam, ou trazem em suas

características, pistas sobre a história da localidade visitada e de seus habitantes. O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença (ABREU, op. cit., p. 7).

Entende-se que na preservação, se busca a permanência do bem ao qual se atribui valor e significado cultural. Este ensino vale para qualquer cidade, pois todas têm o que mostrar, contar e encantar aos seus visitantes. O ato de preservar ultrapassa a condição material do bem e alcança também seu significado histórico, seu valor imaterial artístico, cultural entre outros. Sob esse prisma, um bem é preservado para continuar evocando a história, a cultura e a memória de um povo para seus contemporâneos ou descendentes (CASTILHO, 1997).

Sendo tombado, possui extremo valor de importância. Apresenta-se com uma enorme gama de riquezas, que valorizado da forma correta pode beneficiar sustentavelmente, sendo assim, consequentemente um ótimo investimento com enorme potencial de retorno financeiro, de desenvolvimento turístico e de outras atividades geradoras e beneficiadas. Também, pode ser inserida em termos de renda, empregos, merchandising urbano (conjunto de técnicas que tornam o meio, um produto mais acessível, de forma mais rápida, a partir de técnicas e estudos), e a elevação da autoestima da população. Porém, estes benefícios podem variar conforme grau de importância, considerando o seu poder de atração, facilidade de acesso, estado de conservação e possibilidade de atrações, que este possibilita e otimiza o investimento do turista na região.

1.2 Conceitos sobre o Centro Histórico Envolvendo a Cidade de Cuiabá

Dentre este seguimento, temos na capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, uma grande proporção de logradouros considerados patrimônios históricos, que por sua vez a maior parte desse segmento, encontra-se situados no centro histórico de sua região e em seu entorno. Este espaço, apresenta características singulares, que abriga as construções que representam a história de Cuiabá e consiste no núcleo inicial da cidade. O que afirma esse

apontamento, é que em 1937, perante o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi realizado o tombamento em conjunto da região do Centro Histórico, e sobe defesa dessa lei, está também o entorno dessa região. Dessa forma a cidade possui 3 níveis de tombamento sendo: o isolado como o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Capela de São Benedito, em conjunto compreendendo a região do Centro Histórico e as áreas de entorno, por exemplo o Largo do Rosário.

Desde 1.º de outubro de 1987, data do tombamento provisório da área, tornando definitivo pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 19 de agosto de 1988 e homologado pelo Ministério de Cultura em 4 de novembro de 1992, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem atuado para preservar o Centro Histórico de Cuiabá, criando mecanismos de controle também para aprofundar parcerias com a prefeitura municipal, especialmente por meio do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU), e da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMADES), está última no trabalho de fiscalização (PEDROLLO, 2010).

O sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe da Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), explicou em sua entrevista realizada para o presente artigo, o que cada nível representa, mediante a isso o primeiro nível refere-se as edificações que recebem o título de tombamento isolado. Essas passam a ter toda a sua estrutura externa e interna (o que se compreende como técnicas construtivas, materiais, moveis e tudo o que se encontra em seu interior), com um alto nível a se seguir de restrição, para qualquer que seja as alterações que precisam posteriormente serem feitas. Assim, somente são permitidas obras de restaurações nestas localidades se por exemplo, uma porta ao sofrer um dano, só poderão substituir apenas a parte danificada, isso é, mantendo a originalidade e assim não criando um falso histórico (a intenção não é criar um falso histórico, e assim passar a intenção de que a parte que foi recuperada faça parte do que é antigo). Não, muito pelo contrário, é destacar que é uma restauração nova, e o que é original na característica original por exemplo, se a porta fosse toda pintada, o trecho restaurado não poderia ser.

Sobre o segundo nível, foi informado que o tombamento em conjunto se trata da parte composta pela região do centro histórico, que este é compreendido pelas seguintes ruas: Galdino Pimentel como a rua de baixo, Pedro Celestino a rua de cima e a Ricardo Franco sendo a rua do meio. Nesta pontuação, é informado também que não se pode fazer ampliações verticais dos imóveis, e nem desfigurar as fachadas dos próprios (procura-se manter o mínimo de alterações possíveis como fachada, cobertura

interna, volumetria e o telhado se possível com traços coloniais), tudo para que não se comprometa a integridade física do imóvel. Entretanto, existem alguns imóveis da área do centro histórico, que foram desfiguradas e são incluídas mesmo assim nesse modelo de tombamento. Isso acontece porque aquele prédio, ele já existia no período entre a realização do tombamento até a sua oficial confirmação, e o fato de se ter tombamento impossibilita a ação de retroagir. Ressaltando que quem solicita o tombamento, é o poder público ou a população, com isso o Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem o papel de apenas verificar se está tudo de mediante as leis, para assim ser aprovado.

Para o então ultimo nível, Adriano apresenta em sua fala que o envoltório em que o Largo do Rosário também faz parte, é uma zona de transição do que é tombado em conjunto para o que não corresponde como tal. Dessa forma, essa região recebe também a denominação de área de entorno. Tem como papel ser uma redondeza, no qual serve de proteção para a região tombada em conjunto, e assim para que ela não sofra uma desarmonização de sua imagem (caso essa região envoltória não existisse, poderia ocorrer de se criar uma edificação de 10 a 15 pavimentos, ao lado de um casarão histórico e assim denegrir sua aparência visual, assim, como não seria coerente colocar um Blindex em uma casa de palha). Em seu espaço, sim, existem alguns imóveis com características históricas, e o território que se estende depois dele, pode ser realizado quaisquer alterações, sem interferência do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Portanto, as restrições na área de entorno estão mais voltadas para a volumetria, alinhamento no atestado do loco e relacionada a tipologia construtiva. Sim, pode ser construído um prédio moderno nesse perímetro, desde que tenham algumas referências com o que se é histórico como, tipo de construção, respeitar as dimensões das portas, janelas, altura (para não denegrir a imagem do que se é tombado em conjunto ou isolado), e a quantidade ou chamado ritmo de abertura. O termo “Ritmo de Abertura” é uma tipologia de imóvel histórico, dessa forma nela precisa conter uma aparência de imóvel histórico, não necessariamente precisa ser um “falso histórico”, mas é preciso que remeta em algo no segmento. Ademais, sim, na área de entorno é permitido as demolições dos próprios, desde que o projeto seja aprovado, e para isso é preciso estar cumprindo as diretrizes, caso não, será enquadrado mediante artigo 18º do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Assim a área tombada possui aproximadamente 400 imóveis e a de entorno, aproximadamente 600 imóveis.

O Largo do Rosário, não faz parte da região tombada em conjunto como Centro Histórico de Cuiabá, devido a sua descaracterização do local, pois só alguns imóveis apresentavam as devidas preservações. O centro histórico de Cuiabá passou por constantes metamorfoses, sendo apropriado e transformado de acordo com os discursos da época, da política e dos planos diretores, sacrificando, na maioria das vezes, antigas edificações que caracterizavam o sítio urbano, constituinte da identidade local (LACERDA, Leila, 2008).

Além disso, apresenta em seu conjunto os primeiros monumentos e o casario construído nas vias urbanas abertas a partir da descoberta de ouro, em 1721, que compõem o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1973. Possui arquitetura tipicamente colonial, que com o tempo sofreu modificações e adaptações a outros estilos (neoclássico, eclético, entre outros).

Mesmo com o tombamento, a percepção e valorização do centro da cidade como um conjunto arquitetônico, para os indivíduos, foi expressa somente no ano de 1979, pela arquiteta Rachel Rezende. Em sua vinda à cidade apresentou suas considerações sobre a “Preservação da Memória Cuiabana”, através do artigo publicado no Diário de Cuiabá, no qual enfatizava a importância de preservação da memória cuiabana. Segundo a própria, a memória se expressava nos bens patrimoniais existentes no Centro Histórico de Cuiabá e em seu entorno, denominados de “Patrimônios Arquitetônicos”. E, também, fez alusão ao Centro de Cuiabá como um “patrimônio em um sentido amplo, não se tratando apenas de imóveis isolados” (BRANDÃO, 1993, p. 105).

O centro histórico de toda cidade, é um dos locais de importância significativa tanto para o turista como para o morador local. Dessa forma, ele interliga todas as localidades, vias e acesso daquela região até o ambo encontro. É neste momento em que surge o conhecimento daquele espaço, através da arquitetura dos antigos casarões, da cultura dos antepassados, da história oculta e das belezas únicas daquele local.

O centro histórico de uma cidade é, regra geral, a área mais antiga que se tornou progressivamente o centro da cidade moderna, e que coincide normalmente “com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja

delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização (DGOTDU; 2005, p.128).

1.3 A Relação do Turismo com Patrimônio Histórico e o Largo do Rosário

Dessa forma, muitos casarões da cidade de Cuiabá, que foram preservados, revitalizados e restaurados, podem oferecer do seu espaço cultural, histórico e artístico, de serviço para o turismo e turista. Em contrapartida, existem alguns outros casarões e regiões inseridas no centro histórico e em seu entorno, como é o caso da região do Largo do Rosário, que é tombada, mas que está abandonada. Dessa forma, é importante ressaltar que é preciso, que este e outros espaços recebam maiores atenções e cuidados.

Deve-se enfatizar que antes do Turismo ser bom para o turista e visitante, ele deve ser agradável para o morador local, pois é ele quem também é o realizador da hospitalidade do próprio. Diante desse fator, o turismo em qualquer região, ele precisa ser acessível para todos, ter e oferecer uma boa estrutura, possuir segurança e ser agradável de estar e vivenciar o próprio.

É importante ressaltar que os atrativos turísticos e patrimônios históricos que compõem também um centro histórico de uma cidade, são fatores de extrema composição e geradores de turismo de uma localidade.

2. LARGO DO ROSÁRIO

2.1 História e Nomenclatura do Local

O Largo do Rosário, objeto de estudo da presente pesquisa, é composto por construções que datam do século XVIII. Em 1722, o bandeirante paulista Miguel Sutil de Oliveira, descobria minas de ouro na região do Morro da Luz em Cuiabá - Mato Grosso, e essa descoberta foi um dos fatores importantes, para a valorização da região do Largo do Rosário, e também marco importante para o desenvolvimento da cidade de Cuiabá.

Oferecendo uma atenção mais detalhista nas redondezas, pode-se perceber que existem muitas pessoas que são de religiões de matrizes africanas por causa da herança dos descobridores. Nesta região, existia também uma espécie de cabaré

famoso na época, chamado Palácio das Águas, que foi demolido e criou-se uma espécie de ilha.

O Logradouro apresenta grande carga cultural e histórica, mediante também ao que prevê a lei nº 11.853/2022 de autoria do deputado Wilson Santos (PSD) e sancionada pelo governador Mauro Mendes (União Brasil), que o Largo do Rosário passa a ser instituído como “Polo Cultural, Histórico e Turístico de Mato Grosso”, e tem por objetivos: I – promover o desenvolvimento econômico sustentável na região; II – atrair e incentivar novos investimentos; III – facilitar o acesso de turistas e pedestres ao local; IV - auxiliar na prevenção à criminalidade com a instalação de câmeras de monitoramento; V – promover eventos culturais, históricos e religiosos; VI – implantar o projeto de requalificação do Largo do Rosário existente no Poder Executivo Estadual. Ademais, é citado também, que segundo o Art. 3º A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL-MT) fica responsável pelo Polo Cultural Turístico Largo do Rosário.

Esse decreto, pode ter sido criado também com o propósito de poder regulamentar a atuação do próprio Governo do Estado, pois é muito comum que o Estado realize obras em bens tombados pelo próprio, e não consultem a secretaria destinada para a regulamentação e fiscalização também do bem, que neste caso, é a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL-MT).

A partir do ano de 2012, a área sofreu grande ênfase de seu conhecimento para a população da cidade de Cuiabá. Isso ocorreu devido as futuras obras de implementação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). Essa ideia foi capitaneada pelo então governador Blairo Maggi, que passou o posto para o governo de Silval Barbosa. Acentuando que a princípio, a proposta inicial era a instalação do Bus Rapid Transit ou Ônibus de Transito Rápido (BRT), que por sinal essa proposta retoma em pleno ano de 2023 as “mesas”, para debates de possível instalação e assim substituição do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).

Foi no ano de 2012, em que o governador Silval Barbosa juntamente com o Jose Geraldo Riva presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), e o José Carlos Novelli presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), de ambos os períodos, em uma data viagem à Europa, se encantaram com o modelo de veículo utilizado no local. Dessa forma, criaram um projeto para a inserção de um modelo similar no qual a proposta era de inserção na então região do Largo do Rosário. Este era um dos projetos para a

capital do Estado de Mato Grosso, juntamente com a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (SECOPA-MT), pois no ano de 2014, a cidade seria umas das sedes dos jogos da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA). A partir disso, ressurgiu o termo “Ilha da Banana”, por grande parte dos moradores da cidade, para se referir ao então Largo do Rosário.

O termo “Ilha da Banana” acredita-se que surgiu como um rumor no período de regência do governador Silval Barbosa, pois muitos moradores de Cuiabá, citam que no período da gestão do então gerente, ele deu uma “banana”, para o pessoal (o que se compreende como debochar de toda a situação que se estendia o Largo do Rosário). Esta colocação se tornou um nome popular muito conhecido e que ainda se é utilizado.

Existe a afirmação de que o nome de um lugar é atribuído pelas relações sociais que são construídas no cotidiano e em seus processos de significações. Conceitos podem ser atribuídos a um bem, podendo envolver diversas concepções provenientes dos conhecimentos técnicos, em detrimento dos conhecimentos empíricos, como também das formas de apropriação social do bem.

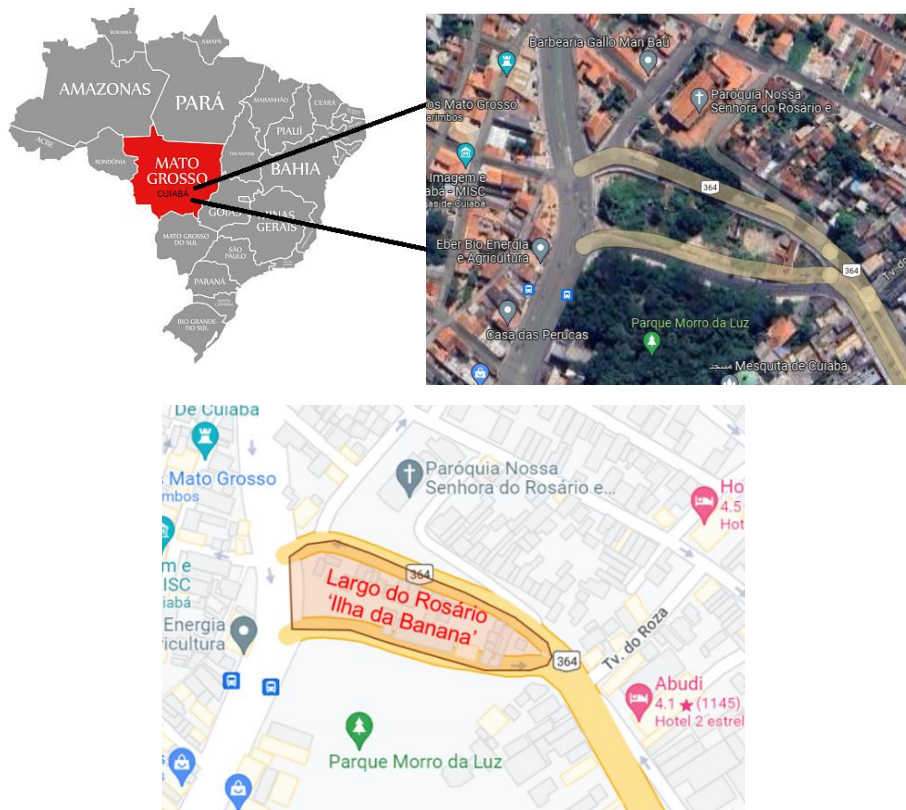
Cuiabá é uma cidade onde avenidas são identificadas por apelidos recebidos da sabedoria ou irreverência popular. É também onde uma rua e um grilo surgido da noite para o dia nas décadas de 1980 ou 1990 pode ter mais de uma denominação sem que nenhuma seja oficial. (GOMES, 2017).

É também evidente que o uso desta nomenclatura informal, se prosseguiu por muitos anos e o seu certo surgimento é de fato associado a um dos períodos mais críticos do local, o que somente fortalece o fator de muitos moradores da região do Largo do Rosário e seu entorno, não aprovarem o uso dessa nomenclatura, como é o caso da sra. Matilde Santos Rodrigues. Dizer que ali tem a denominação de ‘Ilha da Banana’, é desrespeitar a história de Cuiabá, são coisas daqueles que chegaram ‘três anteontem’ e que pensam que Cuiabá começou com sua chegada. Como chamar ‘Ilha da Banana’ se ali nunca houve plantação alguma. (FUÃH, Wilson Carlos, 2020).

2.2 Localização e a sua Importância

Um lugar onde por sua vez, está situado em um marco territorial de grande importância municipal, estadual e nacional. As construções do local foram tombadas como área de entorno e está sob proteção e restrições a se seguir.

Figura 1 e 2 – Localização do Largo do Rosário



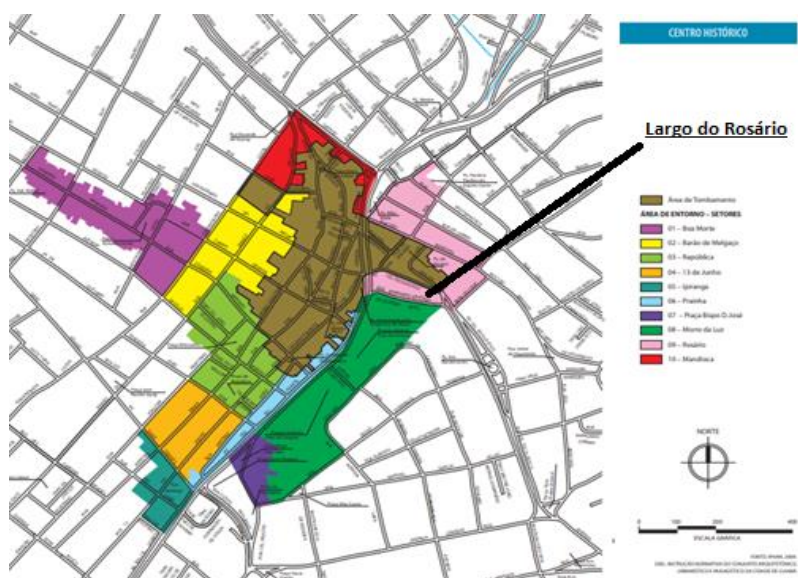
Fonte: Google Maps (2022) – Organizado e Adaptado pela Autora, (2022).

A “Ilha da Banana”, encontra-se no entorno de um dos maiores patrimônios da capital, a bicentenária Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Capela de São Benedito, que recebeu o seu tombamento isolado pela União em 1975 e pelo Estado em 1987. O Morro da luz denominado como Parque Antônio Pires de Campos, sendo uma unidade de conservação, que foi tombado como patrimônio Histórico municipal pelo decreto de lei nº 870 de 13.12.1983 e a Praça Senhor dos Passos. A praça citada anteriormente, compõem a região tombada como centro histórico de Cuiabá.

A área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados que é delimitada com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. Compete ao órgão que efetuou o tombamento estabelecer os limites e as diretrizes para as intervenções nas áreas de entorno de bens tombados (GOV, São Paulo, Tombamento, 2013).

2.3 O Largo do Rosário como Tombado e Inserido no Entorno do Centro Histórico da Cidade de Cuiabá

Figura 3 - Mapa da Região Tombada como Centro Histórico de Cuiabá e o seu Entorno



Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá – Mapas – Organizado e Também Adaptado pela autora, (2023).

O tombamento de uma edificação ou bairros inteiros, não atrapalha o processo e modernização da cidade. A proteção do patrimônio ambiental urbano vincula à melhoria da qualidade de vida da população, visto que a preservação da memória é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público. O tombamento, não possui como objetivo interromper a região. Mediante a Constituição Federal, “tombar não significa estagnar ou eternizar edifícios ou áreas urbanas inviabilizando toda e qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da cidade, mas sim juntamente com a preservação e revitalização, passam a contribuir e a valorizar bens que se encontram deteriorados”.

Para representação em ações desse nicho, existe o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Estado de Mato Grosso iniciou por intermédio suas ações de tombamento, fiscalização e conservação a partir dos anos de 1950, quando era vinculada à 14ª Coordenação Regional, que passou a ser nomeada por Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

- IPHAN em Goiás, que surgiu em 1960, como núcleo do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN em Brasília. Somente em 1988, que o Centro Histórico de Cuiabá e seu entorno receberam o tombamento a nível federal, com o propósito de preservar definitivamente o patrimônio remanescente dos séculos XVIII, XIX e XX.

As importâncias da preservação desses bens para a sociedade mato-grossense estão nos quesitos culturais e patrimoniais, “as edificações, falam como Cuiabá foi construída, quem foram às pessoas que moraram nelas e conta um pouco da história da capital cuiabana” (LACERDA, Marina, 2015).

2.4 Largo do Rosário antes das Demolições e Desapropriações

Figura 4 - Largo do Rosário antes das Demolições



Fonte: Mídia News Cuiabá – Mary Juruna – Pista que Realiza o Sentido Coxipó-Centro, 2013.

Figura 5 - Largo do Rosário antes das Demolições



Fonte: Mídia News Cuiabá – Mary Juruna – Pista que Realiza o Sentido Coxipó-Centro, 2013.

Os casarões da região e de seu entorno, representam a origem e ocupação da cidade desde o século XVII até meados do século XX. Juntamente a isso estão as ruas mais antigas e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade, tanto no que se refere ao estilo da cidade quanto aos materiais e técnicas de construção. Os tipos de materiais utilizados são de grande resistência e muitos deles com uma qualidade superior do que se é utilizado no século XXI. Essas edificações foram construídas dentro de um contexto e tem resistido muito, principalmente quando são bem cuidadas.

O cuiabano (pessoa nascida na cidade de Cuiabá), deve tratar os seus patrimônios históricos com a devida importância e também, como um registro cultural pertencente também ao Brasil.

2.5 A Situação do Largo do Rosário a partir do Ano de 2017

Figura 6 – Situação Atual do Largo do Rosário



Fonte: Própria Autora. Abril (2023).

Figura 7 - Situação Atual do Largo do Rosário



Fonte: Própria Autora. Alguns Comércio Do Local Não Foram Demolidos. Abril (2023).

Figura 8 - Situação Atual o Largo do Rosário



Fonte: Própria Autora. Abril (2023).

O cenário atual presente no ano de 2023, está em degradação, abandonado e com tapumes estilizados fechando parcialmente quase todo o seu espaço. Dessa forma, pouco se remete à história do Largo do Rosário. Esse fato já se acontecia antes mesmo do local ser abandonado, pois para muitos moradores, visitantes e turistas, a história e conhecimento do local, sobretudo oferecendo a real importância e valorização, se arrasta como oculto há muito tempo. A história de Cuiabá é pouco difundida e é comum que os moradores da cidade desconheçam o significado histórico dos casarões no Centro Histórico, nas Igrejas e demais construções que foram tombadas como patrimônio histórico. Vale ressaltar, que o abandono do patrimônio material se dá também pela falta de políticas públicas que incentivem o ensino nas escolas (MENDES, 2001).

A história e geografia de Mato Grosso precisa ser ensinada nas escolas e isso hoje não acontece. Os próprios professores de História, em sua maioria, não têm formação voltada para o ensino da História de Mato Grosso. É uma disciplina que não faz parte do currículo nas séries de nível fundamental, e só ensinado no nível médio superficialmente, porque não é cobrado em vestibular. Deixou de ser ensinado e a população desconhece a história do próprio Estado ou cidade por causa disso (MENDES, 2001,).

A perda do patrimônio representa a perda da história e da identidade, o que pode ser preocupante, pois a história de um município ou local onde moramos é única e insubstituível, e a destruição das suas representações materiais representa o esquecimento de parte da nossa identidade cultural, e esquecer nossa cultura é esquecer quem somos.

O Governo do Estado de Mato Grosso juntamente com o Governo Federal, são um dos “atores” que estão envolvidos no que se desencadeou o maior cenário deplorável do local (Figura 6, 7 e 8). O território passou por um processo de desapropriação, desse modo imediatamente se torna uma área pública. Devido a isso, ele não é de posse somente de um governador, prefeito ou deputado.

A partir do ano de 2012, foi decidido construir o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que teria uma de suas linhas cruzadas com o Largo do Rosário. No entanto, por conta da inclinação muito forte do Morro da Luz, não seria possível passar o transporte de forma descomplicada. Disso, surge a necessidade de amenizar essa subida através de uma escavação (para nivelamento do solo) e ampliação da curva final do Largo do Rosário. Devido a esse fator exigiu-se que a medida de desapropriação de 15 imóveis do local, fossem realizadas. Esses imóveis eram casarões (que abrigavam famílias e comércios). Ainda, restam a estrutura parcial ou total de sete imóveis residenciais e dois sendo antigos comércios, como o caso da antiga denominada de “Conveniência Morro da Luz”.

A intenção inicial com o plano, sempre foi de interligar o Largo do Rosário (a parte denominada de “Ilha da Banana”), com a Igreja do Rosário. No sentido de anexar a parte lateral (“Ilha da Banana”) com a Igreja do Rosário e Paróquia São Benedito, e assim as unificar. O propósito final, era da criação de um espaço de lazer e eventos, onde também serviria para a realização da festa de São Benedito. Com isso o projeto que foi apresentado, tratava-se da seguinte composição: do lado do Morro da Luz, iria subir tanto o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), quanto os carros, e a via de retorno seria ao seu lado, no caso do lado do Largo do Rosário. Tudo isso, mediante a processos de trincheira, assim como mostra a seguinte figura 9:

Figura 9 - Explicação de como seria o Projeto para a Passagem do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) no Largo Do Rosário



Fonte: Olhar Conceito, 2021, Da Redação - José Lucas Salvani; adaptado pela autora, 2023.

De fato, a decisão dessa proposta não é algo “comum”, pois oferece impacto para a população como um todo e na vida das pessoas que ali moraram e moram. Um dos argumentos para autorizar esse tipo de demolição pelo IPHAN, foi que ao se resgatar essa área, para convívio da população, para o uso comum, e via pública, a ação seria beneficiadora. Pois, indo além desses fatores mencionados, o IPHAN, também trabalha com bens imateriais (quando é necessário realizar o registro de bens imateriais, a nomeação correta não é “Tombamento de Bens Imateriais”, mas sim é denominado de “Registro de Saber”), assim para o Largo do Rosário só reforçou a possibilidade de a população usufruir do espaço para realizações de manifestações culturais nele e sobre ele, assim como iria viabilizar a imagem da Igreja do Rosário. Mas como já mencionado, por se tratar de procedimentos burocráticos e de longos prazos, não seria possível realmente de finaliza-los em 2 ou 4 anos. Em vista disso, que se prorroga até o ano de 2023 na justiça.

Dessa forma o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA-MT), são os únicos que tem a autorização de modificar a região, isso mediante aos imóveis que a eles foram concebidos de sua propriedade e posse. Comunicando que o local está também sobre responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL-MT). Ademais informa, que a primeira premissa que se exige, para que o imóvel possa sofrer alterações, desapropriações ou demolições são: atender a Portaria Nº 420, de dezembro de 2010 do Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ser proprietária ou ter posse do imóvel,

notificar o IPHAN e ter o projeto aprovado (o projeto após aprovado pelo IPHAN, tem durabilidade de apenas 2 anos, para início das obras, caso não seja iniciado dentro desse período, ele perde a aprovação).

Ressaltando que algumas edificações que estavam contidas no local, foram construídas entre a transição do período de tombamento. Esse intervalo de tempo, é denominado de “Tombamento Provisório”, e ele funciona da seguinte forma: quando é solicitado o tombamento de uma área, o IPHAN, irá realizar um estudo completo do local, esse processo pode decorrer de anos. Contudo, quando for finalizado receberá o “Tombamento Oficial”. Com relação ao centro histórico da cidade de Cuiabá e ao seu entorno, alguns proprietários realizaram no período de tombamento provisório construções e alterações das edificações.

Depois de resistir por quase 10 anos, remanescente do Largo o Rosário (“Ilha da Banana”), em Cuiabá, Benedito Carlos Addor Nunes da Silva, morou 57 anos em sua residência na região, onde em junho de 2022 completou 69 anos. Porém, foi obrigado a deixar sua casa, sem ter recebido a indenização do Estado, pois o local apresentava risco de desabamento. Este problema pode também ser intensificado com as fortes chuvas (MOREIRA, 2002).

Figura 10 - Residência do Senhor Benedito Carlos Addor Nunes da Silva



Fonte: Olhar Direto, Fotógrafo: Rogério Florentino, Benedito Segura Alguns Informativos Sobre sua Residência e do Largo do Rosário (2017).

Figura 11 - Residência do senhor Benedito Carlos Addor Nunes da Silva Atualmente no Ano De 2023



Fonte: Própria Autora. Abril (2023).

Segundo Benedito Carlos Addor Nunes da Silva, ele declara que “já são mais de 10 anos de luta, porque a desapropriação começou em 2012, com o decreto do governador Silval Barbosa, tornando a área de utilidade pública para construção do Veículo leve Sobre Trilhos (VLT)”. Porém, segundo declarações do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) e do Artigo 2º da Instrução Normativa garantem as preservações dos casarões.

Dois moradores da área frontal à Igreja do Rosário, meus vizinhos, me passaram duas declarações que receberam do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), no mês de junho/2016. Não tem, portanto, nem um ano. Diz as declarações: Declaro, para os devidos fins, que o imóvel situado à Avenida Coronel Escolástico... faz parte do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá... estando sob os efeitos do Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, que rege a proteção do Patrimônio Cultural, assim como está incluído na Zona de Interesse Histórico 1 (ZIH 1). O referido imóvel está sujeito às exigências e restrições regulamentadas pela Instrução Normativa. O que diz o Artigo 2º da Instrução Normativa: A Preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá e do seu entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade... próprios da região durante os séculos dezoito (a Igreja do Rosário) e dezenove... aos quais se associaram elementos formais arquitetônicos do século vinte (as casas)... formando assim o conjunto objeto de preservação física (SILVA, Benedito, 2017).

Contudo, cada bem tombado apresenta características diferentes umas das outras. Dessa forma, não se pode ter a mesma Instrução Normativa para todo o Brasil. Portanto uma vez tombada, o IPHAN, realiza um novo estudo para se saber sobre: como será preservado o imóvel, o que e quando será

conservado. Mediante a citação anterior, é informado pelo sr. Adriano Orivaldo de Barros Chefe da Divisão Técnica do (IPHAN), que a instrução normativa citada já foi recorrida, e que a instituição está realizando um processo para atualizações os próprios novamente.

Dentro dessas ações jurídicas, outros órgãos surgem como, o Ministério Público Federal (MPF), e o Ministério Público Estadual (MPE). De fato, o Governo do Estado de Mato Grosso em determinados momentos, conseguiu a autorização para desapropriação dos imóveis ainda restantes, porém os órgãos citados anteriormente, acabam barrando a liminar e assim cria-se um “vai e volta” de negociações”.

No período em que entrei no IPHAN, em meados de 2014, eu recebi um laudo de um engenheiro e uma arquiteta de Brasília, contratados pelo Ministério Público Federal (MPF), para constatar o parecer que autorizava as demolições dos imóveis. Nisso foi realizado todo um estudo para embasar, averiguar o porquê e demonstrar sobre os quesitos do projeto do VLT (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

As decisões que são muito “polêmicas” e que podem ter repercussões de nível local ou nacional, são sempre tomadas em conjunto, jamais por um único técnico ou parecerista. Ela vai ser assinada por uma equipe de pareceristas, endossada pelo superintendente e pelo Chefe da divisão Técnica, para então poder assim apresentar um parecer como, “o posicionamento da instituição foi finalizado e é isso ou aquilo”.

Matilde Santos Rodrigues, de 61 anos, é assistente administrativa e atua a mais de 38 anos trabalhando no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (CREA-MT), destacando que este é o seu primeiro emprego e o realiza somente em meio período, no turno matutino. Ela já estudou na antiga Escola Técnica de Cuiabá, hoje sendo o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus Cel. Octayde Jorge da Silva e que nele realizou o curso de Secretariado Executivo. Aos 16 anos de idade, se mudou para o local, onde já são mais de 43 anos na residência. O logradouro é compartilhado com os seus 2 filhos: Adriano Rodrigues de Souza de 34 anos e Alexandre Santos Rodrigues de 33 anos. Herança da mãe, o imóvel está isolado em meio a escombros de outras construções que foram demolidas ou abandonadas. Ela informa que com muita oposição conseguiu ficar, pois não recebeu a indenização do governo e não possui outro lugar para moradia, entretanto vivem em condições alarmantes e reza para que

a residência não venha a desmoronar. Existe outra moradora no território chamada Letícia, que assim como Matilde a anos enfrenta os mesmos problemas.

Figura 12 - Residência De Matilde Santos Rodrigues



Fonte: Própria Autora. Abril (2023).

Segundo ela, um acordo para desapropriação do imóvel já foi assinado, no entanto, o valor de R\$ 113 mil reais, nunca foi pago e nenhuma ação para retirá-la do local, foi finalizada. Esses processos jurídicos que se permeiam desde 2012, ainda estão em tramites. Matilde esclarece que nos últimos 4 anos, não recebeu nenhum documento que comprovasse validamente um novo projeto para o local, ou até mesmo a finalização de seu processo judicial. Esses fatores evidenciam que a justiça pelo local e moradores, em aspectos sociais, humanos e históricos, ainda estão vigentes e essa batalha, enfrenta muita oposição e divergências públicas.

Em meio a toda essa situação, os tapumes instalados em seu entorno só prejudicaram mais ainda a segurança do local, uma vez que a sua parte interna se torna mais dificultosa de visualização e acesso. Com isso fatores, como a violência, assedio, mortes, roubos, e o lixo urbano passaram a aumentar na região. Os tapumes instalados, foram sem autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como outras ações que o Município realizou na área, que ocasionaram 2 termos de ajustamento de conduta para o próprio (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

Para realizar obras ou alterar a estrutura no Largo do Rosário, é preciso ser proprietário de todo o local ou pelo menos de um ou mais imóveis. Neste caso, a Município não possui esse “poder”. Além desse ato envolvendo os tapumes, os próprios realizaram também ações no local, onde inseriram maquinários e retiraram entulhos do local sem autorização. Essa atividade gerou violação, pois a região do Largo do Rosário também é registrada como sítio arqueológico (locais onde e encontram vestígios positivos de ocupação humana, como também testemunhos e evidências de atividades do passado histórico, seja, esse, pré-histórico ou não).

Além, do patrimônio imaterial e material, existe o arqueológico. Toda a área de tombamento de Cuiabá e o seu entorno, é registrada no Centro de Arqueologia como um sítio arqueológico. Isso acontece, pois, a cidade é uma região rica “as ocupações anteriores deixaram marcas no local”. Assim toda a região, possui resquícios de ocupação anteriores, como a rua do meio sendo a Ricardo Franco, a rua de baixo a Galdino Pimentel e a rua de cima denominada de Pedro Celestino, essas foram pavimentadas com pedras. Portanto em baixo de cada um desses locais, ainda existem artefatos como ouro, pavimento original, tubos de cerâmica (usados para levar esgoto para a região denominada de Av. da Prainha ou Av. Ten. Cel. Escolástico), e utensílios descartados por moradores como garfos, facas e joias.

Mesmo se o Município tivesse autorização para realização da instalação dos tapumes no local, eles não poderiam dar início ao projeto. Porque primeiramente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), jamais iria aprovar um projeto nessas circunstâncias, pois iria prejudicar a imagem da Igreja do Rosário e Paroquia São Benedito (por possuir tombamento isolado). Entretanto, se essa ação fosse provisória e de curto tempo, o que não se enquadra neste caso, a possibilidade de aprovação seria colocada em pauta. Mas segundo Adriano Orivaldo de Barros Chefe da Divisão Técnica do IPHAN, ele não recebeu nenhuma solicitação de abertura de análise de projeto.

De modo entristecido e injustificada Matilde Santos Rodrigues, declara que todo o processo de desapropriação, ações e situações que ocorreram no período inicial as demolições e que ainda ocorrem em momentos isolados, não sucederam de forma passiva, com a aceitação e aprovação de todos os integrantes (moradores do local, o respeito pelo espaço, vizinhos do entorno da

região e até mesmo da população Cuiabana), “não se teve uma organização e nem planejamento por parte da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de Mato Grosso (SECOPA-MT), e dos agentes públicos para informar os moradores, sobre o que de fato iria se acontecer no local” (RODRIGUES, Matilde, 2023).

Além disso, ela conta que já passou por muitas situações difíceis, desde ter a casa invadida por bandidos, até ouvir gritos de pessoas sendo assassinadas nas proximidades. (JÁCOMO, Ana Adélia, 2021).

Já passamos muita coisa aqui. Uma mulher veio uma vez querendo nos tirar da casa, já imaginou você morando em uma casa e um trator vem derrubando tudo ao redor, com risco de derrubar sua casa? Tirei foto de tudo, eles derrubando o muro, a minha cachorra quase morreu. Em 2018, fizemos um acordo que iríamos sair daqui e ia dar tudo certo, mas nada aconteceu. A maioria que saiu daqui já recebeu indenização, mas outros ainda não. Eu não recebi nada, apesar de ter aceitado o valor da indenização. “Pessoas passam aqui e pensam que eu estou impedindo o progresso de Cuiabá. Não estou, e quem está é o Governo. Como vou sair sem dinheiro, eu só tenho essa casa que minha mãe me deixou. As pessoas passam na frente e me olham de um jeito como se eu estivesse atrapalhando, é uma falta de humanidade” (RODRIGUES, 2021).

À vista disso, o Largo do Rosário possui aprovação para realização de ações de demolições (perante a lei que rege sobre o Artigo Nº 18 do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), nesta área de entorno que compreende o local. Entretanto, mediante a forma como foi todo o processo de desapropriação, com relação aos moradores e ao local, foi um ato incorreto, porque faltou por parte dos agentes realizadores das ações, planejamento, alinhamento das partes, ajustes com relação a mobilidade urbana, um olhar mais humanitário com respeito à dignidade social, moral, ética, cultural e histórica. Pois mesmo com os moradores que não realizaram a saída, os agentes interviram com maquinários e as demolições aconteceram. “Minha mãe estava acamada e as paredes tinham risco de cair sobre ela, e nada os impediram de parar” (RODRIGUES, Matilde, 2023).

Matilde apresentou mediante entrevista com autora do artigo, algumas sugestões pessoais, de como o espaço poderia ser preservado, como nomear as casas ainda em pé de “Os Sobreviventes da Avalanche da Copa”, e assim criando um marco, tanto quanto criar um comércio no setor das casas demolidas, pois assim existiria com estes, um sistema de vigilância e segurança 24 horas, favorecendo as casas e a região em seu entorno contra riscos de assaltos,

mortes e abusos. Pois, ela informa que “os projetos que já foram oferecidos para o espaço, se tratando de praças, como foi o caso apresentado pelo Deputado Wilson Santos, ficam inviáveis, pois irá se tornar casa para pessoas em situações de vulnerabilidade social e usuários de entorpecentes. Assim, ela faz alusão ao Morro da Luz, onde informa que: mesmo com as restaurações internas e projetos de melhoramento, ainda assim apresenta uma grande quantidade desse grupo de pessoas. Mesmo que tenha uma nova praça a segurança não será 24 horas, e com isso tem grande probabilidade de ficar igual ao Beco do Candeeiro e a praça do Senhor do Passos, que mesmo revitalizados, não possuem de segurança e acesso para os turistas.

“É um sonho meu que as casas possam ser mantidas no local, tanto para que eu possa ter a minha lembrança em pé do que foi me deixado por herança de minha mãe, quanto pela representação histórica, cultural e turística do lugar” (RODRIGUES, Matilde, 2023).

3. A RELAÇÃO DO LARGO DO ROSÁRIO PARA O TURISMO DE CUIABÁ – MATO GROSSO

3.1 O Largo do Rosário como Polo Cultural, Histórico e Turístico

O turista ao escolher o seu destino, em muitos casos, ele procura através da cultura, história, paisagem ou o que uma cidade oferece de deferente, da que ele se encontra. Portanto, é imprescindível que o centro histórico e seu entorno sejam sempre enfatizados e cuidados.

O turismo de uma região, precisa ser transformador na vida do morador. Aspectos como local acessível, seguro, adequado, informativo e planejado devem fazer parte de sua composição. O Largo do Rosário é parte da história de fundação de Cuiabá e do cenário de exploração do ouro há quase 300 anos (FERNANDES, 2017).

A parte que desce o Largo do Rosário tinha uma ponte antigamente, que era chamada de “ponte da confusão”, que foi demolida a muito tempo e deu passagem para onde é a Av. da Prainha. Além disso, existia a lenda da alavanca de ouro na região, que é muito conhecida pelo Deputado e Historiador Wilson Santos (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

As cidades precisam-se modernizar, com isso novas construções iram surgir a partir de suas transformações e inovações. Porém, a preservação do patrimônio histórico, jamais pode ser deixado de lado. Ele representa a materialização da história e a identidade cultural coletiva. Ressalta-se que o turismo constitui um pilar importante da economia de muitas cidades que possuem centros históricos, contribuindo também para a conservação e a recuperação de seu patrimônio cultural. Entretanto, como a pressão do turismo pode trazer riscos para o ambiente e para a sociedade, devem ser formuladas políticas de gerenciamento desses recursos (TROITIÑO VINUESA, op. cit.).

Assim sendo, uma ótima alternativa de suporte para evitar eventuais perdas do território e sua história, seria uma política pública de revitalização dos centros urbanos, podendo resultar em um ótimo propósito. Pois, pode recuperar o caráter glamoroso da região, de maneira a atrair frequentadores da mais alta renda e instrução, além de manter a atividade econômica e turística no local.

3.2 A importância do Largo do Rosário no Conceito de Patrimônio Histórico a ser Preservado

Ademais, vale inserir como uma adesão também positiva, a educação patrimonial. Ela contribui com a diminuição das diferenças sociais, que passaram a aumentar com a carência de acesso à informação e bens. Passando assim a colaborar com a diminuição da ignorância intencional. Pois ela é fabricada por quem detém o conhecimento e faz dele um instrumento de poder (CASCO, 2013).

Esferas governamentais, precisam ser parceiros neste segmento, para que dessa forma possa se proporcionar a interação da população de baixa renda a este assunto. Outra alternativa, seria o investimento da sociedade empresarial em ações de revitalizações de praças, fachadas e também no patrocínio de atividades socioculturais à estudantes de escolas públicas e privadas, contribuindo assim para a difusão da educação patrimonial. Para que a cidade receba esse suporte, é preciso que o Centro Histórico de Cuiabá receba tratamento à altura de seu significado diferenciado, não podendo abrir mão de seu patrimônio histórico urbano. Tal postura, pode fundamentar a busca pelas devidas parcerias e também abraçando o extraordinário pacote turístico para

Mato Grosso, como a poderosa ferramenta para seu desenvolvimento local e do Estado.

O Iphan tem por ação, ser um órgão fiscalizador. Com isso as pessoas não gostam de ser fiscalizadas. O instituto é muito procurado, por pessoas que chegam com a seguinte frase “ gostaria de solicitar a demolição do meu imóvel, mesmo sendo tombado, pois aquela coisa velha não está me servindo de nada”, assim o IPHAN acaba sendo mal interpretado. Partindo disso, Cuiabá tem sofrido a um bom tempo, com um processo e degradação do Centro Histórico, decorrente de atuação de empresários e pessoas de fora, que veem até a capital com muito dinheiro, assim passam a comprar por tão pouco ou as vezes por muito esses imóveis e com isso promovem a destruição do próprio aos poucos. “Eles fecham as suas fachadas nos finais de semana, quando a equipe retorna para fazer a fiscalização na segunda-feira, todo o seu interior foi alterado”, assim o IPHAN, fica prejudicado no processo de fiscalização, até mesmo pelo fator de possuir uma equipe tão reduzida (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) criou alguns projetos de ensino, com ações em propostas de educação patrimonial. A partir disso, cria-se parcerias para realizar programas que estreitem o diálogo com a sociedade sobre políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. O “Projeto Casas do Patrimônio” é umas das iniciativas. Sendo um projeto pedagógico, de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

Atualmente em pleno ano de 2023, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional de Mato Grosso (IPHAN) consta com um corpo técnico muito pequeno. Este é composto por 2 arquitetos, 2 arqueólogos e um 1 técnico de edificações, sendo um dos menores corpos técnicos do Brasil. Só o IPHAN do Estado São Paulo, possui atualmente 90 técnicos, e vale ressaltar que o Estado de Mato Grosso é o dobro, em questão territoriais, além de possuir Vila Bela, Cáceres, Chapada dos Guimarães e Cuiabá como regiões tombadas. Com isso é de suma relevância, apresentar a importância do instituto e oferecer a sua população o seu verdadeiro “papel” sobre suas ações a qual realizam. Para que assim, possam receber o devido reconhecimento, e despertar o entusiasmo para que profissionais pensem em seguir carreira no local, gerando assim grande contribuição ao próprio (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

Todavia, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) vai mais além, com seu oferecimento de parceria no programa “Mais Educação”, do Governo Federal. A proposta é de induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, que funciona como oportunidade de extensão das ações

de educação patrimonial no ensino básico. Por meio do Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT), o Instituto atua em parceria com universidades para estimular a participação e o envolvimento de outros agentes que possuem capacidades de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro. O trabalho que engloba o imaginário urbano, não se limita a ideia de lembranças isoladas, mas de compreendê-lo como uma composição importante na compreensão das relações de sociabilidade que são construídas, pois elas contribuem para a leitura do lugar.

“A imagem que os habitantes fazem da cidade ou de seus fragmentos é fundamental para a prática da cidade”. Esse olhar direcionado ao habitante é significativo, pois seu papel é fundamental na criação de sentidos e valores que se constroem nas práticas sociais cotidianas (MENESES, 2006, P. 36).

Em referência ao que se foi perdido do Largo do Rosário (área “Ilha da Banana”), durante as demolições, pode-se citar que ao que se foi destruído está perdido para sempre, restando apenas o eventual registro iconográfico e a memória particular daqueles que viram com seus próprios olhos determinado monumento de grade contribuição histórica. O que resta a ser feito, é reconhecer a importância do patrimônio remanescente, conscientizar a população de sua importância coletiva, mudando a concepção antiga de que “coisa velha não tem importância” e cobrar das autoridades responsáveis a correta preservação de tudo aquilo que tiver relevância para a história coletiva e da região.

Cuiabá passou por uma transformação muito grande em seu Centro Histórico. Uma “onda” de modernização dos imóveis veio a ocorrer. Assim, desfigurando as fachadas dos próprios, pois os antigos imóveis da cidade eram todos no estilo colonial, compreendendo os seguintes aspectos: telhado aparente com telha, beira e beiral. Porém, de repente uma “onda” portuguesa, surge e conseqüentemente “derruba” as fachadas dos imóveis e constroem novas fachadas de tijolos, assim criando adornos. Devido a isso é importante manter a sua preservação (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

3.3 Problemas Ocasionados pelo Abandono do Largo do Rosário

É importante ressaltar, que na maioria dos casos, assim como no centro histórico da cidade de Cuiabá em Mato Grosso, ele acaba sendo oculto aos olhos dos próprios moradores locais, visitantes e turistas. Pois ele se torna algo que

se vê, porém não se sabe sobre, ou até mesmo, não se pode conhecer. Isso acontece, pois existem casarões que foram depredados, tiveram o seu desmoronamento ou estão abandonados.

O acesso a estes locais torna-se inexistente. Criando assim, um local histórico, repleto de abandono cultural, social, falta de segurança, de investimentos do setor público, poluído seja na questão ambiental e na imagem da história daquela região, de fácil acesso de moradia para pessoas que não possuem um lar e falta de planejamento para se conservar aquele local e dessa forma não alterar sua estrutura original.

O largo do Rosário (área “Ilha da Banana”), ainda se permanece abandonado de fato, em pleno ano de 2023. Mesmo com a colocação dos tapumes em algumas partes, a sua região interna se encontra 60% demolida e com as obras paradas. Esse fato desencadeia inúmeros problemas, como sociais, ambientais, políticos, patrimoniais, econômicos e assim atingindo o turismo da região da cidade de Cuiabá no Mato Grosso.

No momento em que o Governo do Estado de Mato Grosso, começou a realizar as demolições, toda uma questão envolvendo a saúde pública com usuários de entorpecentes, pessoas em situações de vulnerabilidade social e também envolvendo os comerciantes do entorno começaram a surgir, pois uma ação como essa engloba toda uma “cadeia produtiva”.

Os dependentes químicos, passaram a se esconder em meio aos escombros de imóveis que foram demolidos e alguns que ainda se apresentam-se em pé, porém abandonados, devido ao risco de desabamento. De referência da cuiabania transformou-se em um tipo de campo de concentração, com cerca de 100 dependentes químicos (FERNANDES, 2017).

Eloisa Helena Ramos da Silva, 45 anos, cuiabana, é uma das mais de 100 pessoas que descobriu na Ilha da Banana, localizada no Centro Histórico de Cuiabá e bem na linha da obra do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), um abrigo. (FERNANDES, 2017).

3.4 Ações e Projetos Destinados ao Largo do Rosário

Para resguardo das ações no período das desapropriações, o juiz 5ª Vara da Fazenda Pública, Roberto Seror, se apresentou positivamente a respeito da preservação do Largo do Rosário. Ele afirmou que não era plausível o argumento do Estado de que há a necessidade das demolições, para a realização da Copa do Mundo, como informa “A Copa vai passar, mas a memória da cidade precisa ser preservada”. Benedito Carlos Addor Nunes da Silva apresentou ao respectivo júri, documentos que constam as seguintes data: 20 de fevereiro de 2002, 10 de junho de 2006 e 11 de março de 2009, que juntamente mencionam o tombamento de seu imóvel no Largo do Rosário pelo Governo Federal.

“Ora, se o Governo Federal realmente tombou o imóvel, não pode o Governo do Estado editar decreto autorizando a sua desapropriação, pois isso implica em invadir competência legislativa da União, em detrimento do direito difuso da sociedade brasileira” (SEROR, Roberto, 2013).

Outra iniciativa que foi realizada e que favorece o território da região, foi a inserção da cidade de Cuiabá a partir do ano de 2017, na lista do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, “Cidades Históricas” foi lançado em 2013 pelo Governo Federal sob a Coordenação do Ministério do Planejamento. A proposta segue de recuperar sítios arqueológicos e outros patrimônios históricos (prédios, praças e igrejas). Ademais, O Plano de Gestão Para O Centro Histórico de Cuiabá (PGCHC), no âmbito de uma ação conjunta entre Governo, Academia e Organização das Nações Unidas (UNIDO/ONU), também foi apresentado.

Além disso, ações foram criadas para tentar amenizar a situação dos cidadãos que se encontravam em situações de vulnerabilidade social, presente na região do Largo do Rosário. Algumas ações, foram de transferência desses ocupantes para as comunidades terapêuticas e lares comunitários, realizado pelo Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (SECEL) e também, foi oferecido um suporte do Secretário-Adjunto José Rodrigues, em que disse que a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Cuiabá e o Conselho Estadual de Drogas demonstraram interesse em auxiliar financeiramente as comunidades, na rede de acolhimento de ocupantes do Largo do Rosário. (FERNANDES, 2017).

O Conselho Estadual de Drogas já informou que abrirá um processo para destinar recursos às comunidades terapêuticas como aporte para ajudar a adquirir o necessário para receber as pessoas em situação de rua e a CDL também mostrou interesse em ajudar através de seu programa social (FERNANDES, 2017).

Essa ação, possibilitou amenizar grande parte do problema. Entretanto, a segurança juntamente com o policiamento, precisa ser mais reforçado nesta região. Se essa ação é realizada da forma correta, irá somar para o desenvolvimento total de futuros projetos possíveis de serem iniciados, favorecendo o morador, visitante e turista.

3.5 Soluções e alternativas para que o Largo do Rosário possa Funcionar Oficialmente de Modo Positivo no Segmento do Turismo

O Largo do Rosário conecta passado e presente, cultura (Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Capela de São Benedito) e meio ambiente (Parque Antônio Pires de Campos, Morro da Luz). Possuindo assim uma abordagem histórico sociocultural. O Largo do Rosário, ele é a única intersecção de conexão entre esses dois âmbitos. Devido ao seu abandono parcial do local, ele por si só não consegue realizar em pleno ano de 2023 essa ação sozinha de conexão positiva. Portanto, este é um “ótimo” momento para incentivo de ações do turismo na região.

O turismo surge também de forma a dinamizar e guiar, um espaço que em seu interior encontra-se tão vazio de informações, neste possuindo apenas poucas casas. Mas que de fato, sim, o Largo do Rosário possui um enorme potencial de ser aproveitado e assim recuperar da sua área, podendo transformá-la em algo que remeta em sua história e cultura. Neste quesito o turismo tem essa capacidade de sugerir como pode se dinamizar o território.

Além das ações citadas anteriormente, acrescenta-se a possibilidade de tornar o lugar como “Centro Cultural da Memória Cuiabana”, com uma galeria de artesanatos, trabalhos sociais com envolvimento da classe menos favorecida, centro de visitas sociais, oportunizar a festa de São Benedito com ligações diretas ao local e a possibilidade desta área receber um processo e gentrificação (processo de transformação de áreas urbanas, de modo a torna-lo mais atraente por processos de revitalização, requalificação e reabilitação), de cunho turístico, onde não seja agressivo a sociedade em seu entorno. Diante do mencionado, um dos objetivos é revitalizá-lo e criar um circuito de turismo histórico.

No ano de 2016, foi aprovado pelo IPHAN, um projeto de lei, de autoria do antigo deputado Wilson Santos, no qual a proposta era fazer um paisagismo no local e com isso deslumbrar a imagem do local. Este consistia em preservar entre 4 a 5 imóveis, e os imóveis que estavam oficializados para a desapropriação, as suas demolições iriam acontecer de forma manual, para não prejudicar as construções a serem conservadas. Com isso, iria se fazer um nivelamento do solo onde existia uma antiga edificação no local, assim criar uma trilha, viabilizando a passagem para os visitantes, incluindo câmeras de monitoramento e iluminação. Porém, esse projeto não foi iniciado e perdeu-se o seu prazo de validade.

Todo e qualquer projeto aprovado pelo IPHAN, tem durabilidade de 2 anos. Passando esse prazo, encerra-se a validade e recomeça todo o processo de solicitação para nova aprovação novamente do projeto. Entretanto, se for aprovado mediante ajustamento de conduta, o prazo se torna diferente.

Foi apresentado na quarta-feira, dia vinte e nove, do mês de março no ano de dois mil e vinte e três, o Plano de Gestão para o Centro Histórico de Cuiabá, em reunião com a Comissão de Cultura e Patrimônio Histórico (CCPH) da Câmara Municipal da Capital. Este plano é um instrumento capaz de promover o desenvolvimento da região central e antiga da cidade. Constitui como um conjunto de estratégias sociais, econômicas e ambientais a serem aplicadas pelos poderes públicos. Essa ação visa toda a cidade de Cuiabá, tendo um grande foco no segmento do trade turístico da região. Sobretudo, é destinado também aos poderes públicos, nomeadamente, à Prefeitura Municipal de Cuiabá, que tem a responsabilidade pela administração, planejamento e implementação de políticas públicas.

O plano abrange estratégias articuladas, “capaz de fomentar o desenvolvimento de empregos verdes ligados as atividades econômicas diversas (educação, ao turismo, à economia criativa e outras) e à reabilitação e preservação sustentável do patrimônio construído do Centro Histórico de Cuiabá-MT” (SECOM, 2023).

O que falta para a região do Largo do Rosário, é o Governo do Estado de Mato Grosso, se associar-se ao Município com relação ao consenso final sobre a implementação do (BRT) ou (VLT). É preciso ocorrer essa ação de união, porque o modal ele passa dentro do município, e a área do Largo do Rosário fica à mercê infelizmente de toda essa situação. Entretanto, é preciso ter mais

determinação para realizar as ações, pois como já citado anteriormente, para a região, já foi se aprovado projetos de revitalização e restauração, porém não é iniciado e assim acabam perdendo o prazo de validade.

Dessa forma, para a região, pode ser aprovado projetos de revitalização, restauração, do (VLT), (BRT), sendo um ou mais. Até porque, quando projeto paisagístico para o local em 2016, foi aprovado, o (BRT), estava sendo um próximo projeto a ser inserido. Dessa forma, a requalificação completa do Largo do Rosário, irá depender do tipo de modal que irá ou não ser inserido, como, se for o (VLT) as intervenções terão que ser maiores e caso seja o (BRT), as intervenções serão menores.

Para esse tipo de ação o IPHAN, não propõem projetos, até porque o próprio não atua dessa forma, a não ser que: “se o Governo do Estado, apresentasse um projeto para o IPHAN, e solicitasse de recursos” o próprio iria por uma análise e verificação de disponibilidade de verba, pois projetos como estes estimasse na casa dos R\$5.000.000. a 10.000.000 milhões de reais.

Partir de mim um posicionamento sobre o local, é uma resposta que vai muito além do “Adriano servidor ou Adriano como pessoa”, pois eu poderia ser tendencioso. É complicado dizer, devido a situação em que se encontra o (IPHAN) sobre o processo todo do Largo do Rosário. Mas é claro, eu adoraria ver o local requalificado, bonito e agradável para todos (BARROS, Adriano Orivaldo, 2023).

O cenário que se instala atualmente no ano de 2023, no IPHAN-MT é muito ruim, porque tanto a inercia do Estado em resolver a circunstância, e deixar a própria como esta, acaba prejudicando muito a imagem do IPHAN. Na maioria dos casos, as pessoas que observam a situação do Largo do Rosário, agregam diretamente o problema ao instituto. Como o IPHAN, é o primeiro ente a ser cobrado em casos como este, acaba que a equipe técnica é cobrada nesta situação. Muitas vezes por falta de informação das pessoas, acaba-se gerando um desgaste desnecessário em ambas as partes, pois quando na verdade os agentes mesmo envolvidos no processo, e que podem realmente oferecer o destino correto ao problema (desde que o projeto seja aprovado), são outros responsáveis. Ademais, reprisa-se o fato de para se intervir no local, o IPHAN precisa ser proprietário, e neste caso ele não é.

Sendo assim, o instituto não pode comparecer no Largo do Rosário e informar que assim como os entes responsáveis não realizaram a ação, eles iram. O IPHAN, infelizmente não possui dessa prerrogativa, pois para a realização dessa ação, eles teriam que desapropriar o imóvel, e o IPHAN não realiza desapropriações de imóveis, pelo contrário, ele surge para realizar o resguardo do espaço, desta maneira para delimita-lo mediante a sua importância.

Esse contexto, só pode ser solucionado a partir do momento em que a população passa a compreender que o bem histórico ele é finito, uma vez que ele acaba, não tem como retornar mais as suas características originais. É preciso entender que a ideia de Patrimônio Histórico, é finito, e que pertence a todos, porém uma vez destruído, não tem igual, por isso também que cabe a cada cidadão enquanto inseridos em sociedade, ter e apresentar a ética de respeito e valorização a estes imóveis.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Caracterização das Entrevistas

Durante a apresentação deste artigo, foi informado em sua metodologia, que para aperfeiçoamento da elaboração e validação dos dados a serem inseridos neste documento, duas entrevistas foram realizadas com o propósito de obter-se resultados mais aprimorados a partir das coletas de dados. Os respectivos entrevistados foram a sra. Matilde Santos Rodrigues (moradora do Largo do Rosário) e o sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe da Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN). Ambos os participantes, ofereceram informações que foram de total relevância para esta pesquisa.

Ambas as entrevistas foram iniciadas com perguntas simples, de fácil entendimento e que possibilitou chegar-se a rápidas conclusões. A iniciativa, foi elaborada com o propósito de tornar o início da reunião, algo mais agradável, o que possibilitou um decorrer dos depoimentos de forma sutil e simpática de ambas as partes. Tudo mediante ao fator, de que se tratava do primeiro contato entre o entrevistador e o entrevistado.

Totalizando a somatória de todas as perguntas realizadas em ambas as reuniões, conclui-se que foram no total 27 perguntas validadas de forma oficial. Estas possuem de cunho moral, social, crítico, humanitário, de percepções próprias, informativos sobre patrimônios, aspectos culturais, históricos e judiciais.

Possuindo como foco central, as entrevistas abordam informativos sobre a importância do Largo do Rosário para o turismo da cidade de Cuiabá, na proporção em que ela se encontra (área “Ilha da Banana”), que se institui no estado de abandono do próprio. Com isso, os resultados obtidos possibilitaram a somatória dos conceitos de forma a colaborar para conclusão deste artigo, pois ambos as reuniões, possuem de caráter direto com o tema, seja com fatores internos ou externos.

4.2 Conclusão Final com Relação as Entrevistas

As respostas obtidas através das entrevistas, foram vinculadas conforme ligação as próprias, no decorrer do corpo de texto desse artigo científico. Procurou-se realizar esse método pois, tornaria a escrita mais completa, na medida em que cada resposta se encaixou perfeitamente ao ser inseridos nos tópicos do texto, e assim as complementando.

Procurou-se saber sobre as perspectivas de um morador do local a se pesquisar, porque assim essa ação passa a ter enorme importância. Através dele se descobrirá o mais puro e real significado do local e suas ações para a vida pessoal do próprio, para a comunidade, cultura e história da região. Através da “alma viva” se é possível compreender tudo o que existiu, contribuiu ou prejudicou na região. Com isso a sr. Matilde Santos Rodrigues, uma mulher forte, vivida, com muitas ambições e sonhos, que possui uma grande força pela vida em questões de ser guerreira e não desistir, educadamente aceitou apresentar um pouco do seu espaço pessoal e vivenciado a cada dia de sua vida no Largo do Rosário. Com isso, a sua perspectiva foi de enorme contribuição para o fortalecimento de que o Largo do Rosário, possui enorme importância para a sociedade em termos de cultura, história, turismo e principalmente em respeito ao local. Assim ajudando a fortalecer e proteger o seu espaço.

Muitas ações não são de responsabilidade do IPHAN, até porque o papel dele, é de servir para salvaguarda do patrimônio e assim aplicar, tanto como informar e verificar o que se compreende pelas leis, do que se rege por patrimônio. Por isso também, essa entrevista foi de suma importância, pois através dela, possibilitou um melhor entendimento pela entrevistadora, no que se compreende por entender melhor o papel do instituto, assim como foi citado pelo entrevistador o senhor Adriano Orivaldo de Barros “muitas pessoas pensam que no que se refere ao Largo do Rosário, a ação do local é culpa do IPHAN, e não é bem assim, pois assim como outros setores o IPHAN, tem atribuições e ações diferentes”. A instituição, existe para poder somar e contribuir e não o seu contrário.

Portanto mediante as entrevistas, a autora deste presente artigo, intitulada pelo nome de Yasmin de Almeida Silva Santos Reis, como vínculo para o Termino de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Cel. Octayde Jorge da Silva, declara total agradecimento a sra. Matilde Santos Rodrigues e ao sr. Adriano Orivaldo de Barros, por todo o suporte oferecido e assim contribuindo para a formação de conhecimento e acadêmica da própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo ele é um seguimento que a cada ano, passa a possuir mais importância e inserção em novos setores. Com isso, sua valorização e atuação são primordiais, para o desenvolvimento da cidade, cultura, história, economia e educação. Dessa forma, a magnitude de se oferecer o devido prestígio aos centros históricos e áreas de entorno, estão sendo cada vez mais evidenciadas por esse segmento. E de fato, é preciso que essa ação seja feita pelos próprios, porque além de ser um conjunto de bens únicos, ele apresenta um segmento de atuação no turismo, e assim sua população passar a ter mais educação consciente sobre a área.

Dessa forma, ter o Largo do Rosário preservado, somente contribui para o favorecimento do turismo na cidade de Cuiabá, pois ao se criar a devida importância para o local, ele passa a ter beleza, conhecimento para o morador, visitante ou turista.

O estudo da tombada área de entorno, denominada como Largo do Rosário teve como propósito compreender a sua história, cultura, e todo o processo de desapropriação até levar-se ao âmbito que se encontra atualmente no ano de 2023. Para que assim, pudesse-se compreender como este local possa ser requalificado para o dia a dia e assim descobrir as formas de inserção do próprio no seguimento do turismo.

Como foi apontado ao longo do escrito, o local apresenta enorme carga cultural, histórica, com casarões remetendo ao antigo estilo arquitetônico da região, que seria o colonial, assim, possibilitando observar que ainda existem casarões, que não foram demolidos e que neles estão contidos vidas e famílias. Desse modo, apresentando soluções que possam manter esses residentes no local, pois, além dos indivíduos os imóveis representam a antiga Cuiabá e seus processos de arquitetura urbanística e carga social, o resultado final será de contribuição e favorecimento para todos os setores, como o social, econômico cultural, histórico, ambiental e turístico. Juntamente a isso, para os moradores, a eles serem também oferecidos soluções e ações mais humanitárias por parte dos agentes públicos.

Mediante o anseio do trabalho, buscou-se investigar, sustentados nas respostas dos respondentes das entrevistas, quais os motivos do local estar abandonado, se existe a possibilidade de se manter os casarões de forma a sofrer uma restauração ou revitalização, como foi o processo de desapropriações e demolições e quais as opiniões pessoais partindo dos entrevistados sobre o futuro do local.

Sendo assim, entende-se que ao passo que se oferece projetos de ações para preservação, conservação, valorização de bens tombados, para a sociedade, as ações públicas para esse local, tornam-se mais diferentes. Essa afirmação leva em conta, o fato de que na medida que a população defende e procura se preservar algo que se é seu por direito de história e cultura, as ações públicas passam a ser menos invasivas e assim favoráveis as regiões tombadas, não visando somente lucros e retornos financeiros.

Contudo, estes dados foram obtidos considerando o fato de que o Largo do Rosário, pode receber novos projetos, e finalizações de ações judiciais a qualquer momento. Porém, busca-se a esperança que as novas ações propostas

e realizadas depois da realização desse presente artigo, sejam para beneficiar o Largo do Rosário, os casarões ainda presentes e os seus moradores.

Foi possível averiguar na busca de dados para este artigo, que é de suma importância referenciar que o Largo do Rosário é um local que merece respeito. À sua importância deve se manter viva, juntamente com a cultura regional e a preservação da história. Sim, com ações a seu favor, juntamente com os planos mencionados no decorrer deste artigo, com tudo o que ainda se apresenta no lugar, ele pode ser transformado em algo belo para o turismo, para a cidade assim como agregando valor aos moradores e a sua história. Porém, é preciso que as ações adequadas, sejam cobradas e realizadas mediante a autorizações e a Leis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rayane; **Moradora há 30 anos do Largo do Rosário critica projeto e avalia que ‘novo’ espaço deve ser vivo**; HNT, Hipernotícias; 2017. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/cidades/moradora-ha-30-anos-do-largo-do-rosario-critica-projeto-e-avalia-que-novo-espaco-deve-ser-vivo/77265> Acesso em: 29 de abril de 2023.

BACHEGA, Jessica; **Morador argumenta em vídeo que Ilha da Banana não at rapalha rota do VLT**; HNT, Hipernotícias; 2017. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/cidades/morador-argumenta-em-video-que-ilha-da-banana-nao-atrapalha-rota-do-vlt/73204> Acesso em: 06 de maio de 2023.

CONCEITO, Olhar; **Anteprojeto do BRT prevê requalificação do Largo do Rosário com praça, calçadão e pista de skate**, 2021. Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=20810¬icia=anteprojeto-do-brt-preve-requalificacao-do-largo-do-rosario-com-praca-calcadao-e-pista-de-skate> Acesso em: 09 de junho de 2023.

DA REDAÇÃO; site O Documento; **EDUARDO PÓVOAS – A famigerada “Ilha da Banana”**, 2019. Disponível em: <https://odocumento.com.br/eduardo-povoas-a-famigerada-ilha-da-banana/> Acesso em: 30 de outubro de 2022.

DA REDAÇÃO; site O Documento; **WILSON FUHÁ – O buracão do Largo do Rosário**, 2020. Disponível em: <https://odocumento.com.br/wilson-fuha-o-buracao-do-largo-do-rosario/> Acesso em: 02 outubro de 2022.

DIGITAL, Gazeta; **Chico Ferreira**. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/registros-mostram-a-evolucao-de-cuiab-em-seus-3-sculos/729735> Acesso em: 14 de outubro de 2022.

DIRETO, olhar; Sai Ilha Da Banana, Volta O Largo Do Rosário: **Governo Quer Construir Praça Com Resgate Histórico**, Jardel P. Arruda, 2017. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=435541¬icia=sai-ilha-da-banana-volta-o-largo-do-rosario-governo-quer-construir-praca-com-resgate-historico> Acesso em: 20 e outubro de 2022.

DIRETO, olhar; **Revitalização da Ilha da Banana em Cuiabá terá orçamento de R\$ 2,5 milhões**, Amanda Divina, 2023. Disponível em: [https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=514646¬icia=revitalizacao-da-ilha-da-banana-em-cuiaba-tera-orcamento-de-r-25-milhoes&edicao=2#:~:text=OBRA%20DO%20BRT-,Revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ilha%20da%20Banana%20em%20Cuiab%C3%A1,de%20R%24%202%2C5%20milh%C3%B5es&text=A%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Largo%20do,de%20Tr%C3%A2nsito%20R%C3%A1pido%20\(BRT\).](https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=514646¬icia=revitalizacao-da-ilha-da-banana-em-cuiaba-tera-orcamento-de-r-25-milhoes&edicao=2#:~:text=OBRA%20DO%20BRT-,Revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ilha%20da%20Banana%20em%20Cuiab%C3%A1,de%20R%24%202%2C5%20milh%C3%B5es&text=A%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Largo%20do,de%20Tr%C3%A2nsito%20R%C3%A1pido%20(BRT).) Acessado em: 29 de outubro de 2022.

ESCOLA, Info; **Tombamento**, Jéssica Ramos Farineli, 2006. Disponível em: <https://www.infoescola.com/direito/tombamento/> Acesso em: 03 de maio de 2023.

EVEN3; **ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: UMA LEITURA SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ A PARTIR DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO**; 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iiisimposioicomosbrasil/149101-entre-praticas-e-reflexoes-uma-leitura-sobre-o-centro-historico-de-cuiaba-a-partir-de-politicas-de-preservacao/> Acesso em: 04 de maio de 2023.

EXTENSÃO, Elo Diálogos em; Plano de gestão e geração de empregos verdes: **uma alternativa para o Centro Histórico de Cuiabá-MT**, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/13610> Acesso em: 05 de maio de 2023.

FERNANES, Reinandol; **Demolição da Ilha da Banana mexe em ferida da sociedade**; Circuito Mato Grosso, 2017. Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/111827-demoliaao-mexe-em-ferida-da-sociedade.html> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

FERNANDES, Reinaldo; **Justiça determina saída de morador da Ilha da Banana em Cuiabá**; site CircuitoMatoGrosso, 2017. Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/100374-justiaa-determina-saada-de-casa-na-ilha-da-banana-em-cuiaba.html> Acesso em: 29 de outubro de 2022.

GD, Gazeta Digital; **Parede de casa na Ilha da Banana desaba e idoso culpa o governo**, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/parede-de-casa-na-ilha-da-banana-desaba-e-idoso-culpa-o-governo/531588> Acesso em: 30 de outubro de 2022.

GODOY, Arilda Schmit; **Pesquisa Qualitativa e Tipos Fundamentais**, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt> Acesso em: 30 de outubro de 2022.

GOV, Capital da Cidade de São Paulo; **PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE TOMBAMENTO**, 2013. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/cidadao/c>

[ultura/imoveis- tomabados- e- patrimonio- historico/perguntas- frquentes- sobre - tombamento](#) Acesso em: 01 de maio de 2023.

HNT, Hiper Notícias; **A “Ilha da Banana”**, EDUARDO PÓVOAS, 2017. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/artigos/a-ilha-da-banana/70484> Acesso em: 05 de maio de 2023.

IDEIAS, Casarão de; **A Importância da Preservação do Patrimônio Histórico**, 2015. Disponível em: <https://casaraodeideias.com.br/a- importancia- da- preser vacao-do-patrimonio-historico/> Acesso em: 09 de maio de 2023.

IPHAN, Gov; **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Cuiabá (MT), 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/368/> Acesso em: 10 de maio de 2023.

IPHAN, Gov; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas)**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123> Acesso em: 10 de maio de 2023.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; **Centro Histórico de Cuiabá** (MT) recebe obras de requalificação urbana, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5016/centro- historico- de- cuiaba- mt - recebe-obras-de-requalificacao-urbana> Acesso em: 24 de outubro de 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso em: 10 de junho de 2023.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; **PORTARIA Nº 420, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010**, dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf Acesso em: 10 de junho de 2023.

JÁCOMO, Ana Adélia; Rico em história, pobre em cuidados: **Largo do Rosário em Cuiabá está em ruínas**; G1, Mato Grosso, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/11/05/rico-em-historia-pobre-em-cuidados-largo-do-rosario-em-cuiaba-esta-em-ruinas.ghtml> Acesso em: 01 de novembro de 2022.

PEDROLLO, Jandira Maria; Prefeitura Municipal de Cuiabá, Patrimônio Histórico de Cuiabá, Adriana Bussiki Santos, **Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá**, Instrução Normativa, 2010. Disponível em: <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/Arquivo/Documents/EXT/202206201701534701.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2023.

LEMONS, José; Artigo: **“Diferencial histórico de Cuiabá”**, Cau/MT, 2019. Disponível em: <https://www.caumt.gov.br/artigo-diferencial-historico-de-cuiaba-por-jose-lemos/> Acesso em: 20 de maio de 2023.

MAPS, Google; **serviço de captura de imagens por mapeamento**, 2022. Disponível em: https://www.google.com/maps/@-15.5955042,-56.0918793,3a,62.5y,186.47h,81.7t/data=!3m7!1e1!3m5!1sig3pABXTPNzP-dusE3IN-Q!2e0!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fpanoid%3Dig3pABXTPNzP-dusE3IN-Q%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D210.34827%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i16384!8i8192?entry=ttu Acesso em: 29 de outubro de 2022.

MARTINS, Everton. Entrevista: **Técnica de coleta em pesquisa qualitativa**. Blog PPEC, Campinas, v.8, n.1, ago. 2018. ISSN 2526-9429. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/blog/index.php/2018/08/15/entrevista/> Acesso em: 12 de outubro de 2022.

MATOGROSSO, Circuito, **Centro da cidade retrata o abandono da história de Cuiabá**, Reinaldo Fernandes, 2017. Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/107359-centro-da-cidade-retrata-o-abandono-da-historia-de-cuiaba-.html> Acesso em: 15 de maio de 2023.

METODOLOGIA, Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Produção, **Avaliação de Conteúdo Permanente**, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-10122007-094825/publico/mestrado3FINALparte2.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2022.

MOESCH, Maruschka Martini; **O Domínio Material e Conceitual do Turismo**, ANPTUR, 2014. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf Acesso em: 10 de outubro de 2022.

MOREIRA, Gleide; **Morador sai de casa após resistir 10 anos na Ilha da Banana**, Gazeta Digital, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/morador-sai-de-casa-aps-resistir-10-anos-na-ilha-da-banana/682322> Acesso em: 23 de outubro de 2022.

MUNICIPAL, Prefeitura; Mapas, **Mapa do Centro Histórico de Cuiabá**, 2014. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/Centro%20Historico.o.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2023.

Müller, Renato; **Planejamento e organização do turismo** / Renato Müller e Rodrigo Borsatto Sommer da Silva. Indaial : Uniasselvi, 2011. p, 212. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=13452> Acesso em: 28 de outubro de 2022.

MT, Crea; **Casarões antigos bem preservados sobrevivem através do tempo**, 2015. Disponível em: <https://www.crea-mt.org.br/portal/casaroos-antigos-bem-preservados-sobrevivem-atraves-do-tempo/> Acesso em: 05 de maio de 2023.

MT, Repórter; **Ilha Da Banana Será Demolida Com Marretas Para Não Abalar Centro Histórico**, 2017. Disponível em: <https://www.reportermt.com/geral/ilha-da-banana-sera-demolida-com-marretas-para-nao-abalar-centro-historico/66397> Acesso em: 02 de maio de 2023.

NET, Direito; Tombamento: **Conservação do patrimônio histórico**, artístico e cultural, Genipaula W. Lourenço, 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3028/Tombamento-Conservacao-do-patrimonio-historico-artistico-e-cultural> Acesso em: 25 de maio de 2023.

NEWS, Mídia, **Juiz suspende demolição de imóvel**; obra do VLT atrasa, DÉBORA SIQUEIRA, 2013. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cuiaba-2014/juiz-suspende-demolicao-de-imovel-obra-do-vlt-atrasa/158416> Acesso em: 02 de novembro de 2022.

Oliveira, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: **um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/yu/p/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf Acesso em: 29 de outubro de 2022.

PÓVOAS, Eduardo; **A Famigerada “Ilha da Banana”**, Cuiabá Mais A Notícia Mais Perto De Você, 2019. Disponível em: <https://www.cuiabamais.com.br/opiniaao/a-famigerada-ilha-da-banana/23012> Acesso em: 02 de novembro de 2022.

Projeto Transforma Ilha da Banana Em Praça Em Cuiabá; da Redação; FolhaMax.com; 2017. Disponível em: <https://www.folhamax.com/cidades/projeto-transforma-ilha-da-banana-em-praca-em-cuiaba/128885> Acesso em: 28 de outubro de 2022.

ROMANCINI, Sônia Regina; PAISAGENS DA FÉ: **PERSPECTIVAS PARA O TURISMO CULTURAL EM CUIABÁ**- MT1; 2008. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/admin,+4+-+S%C3%B4nia+Regina+Romancini%20\(5\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/admin,+4+-+S%C3%B4nia+Regina+Romancini%20(5).pdf) Acesso em: 05 de maio de 2023.

SANTANA, André Garcia; **Há 50 anos na Ilha da Banana**, aposentado luta por sua casa e rejeita indenização de R\$ 179 mil; site OlharDireto, 2017. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=430716¬icia=ha-50-anos-na-ilha-da-banana-aposentado-luta-por-sua-casa-e-rejeita-indenizacao-de-r-179-mil> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SANTOS, Luiz Carlos dos; **A Técnica do Formulário**: conceituação, características, vantagens e limitações; 2021. Disponível em: https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/220_TECNICA_FORMULARIO.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2022.

SANTOS, Wilson; Institui o **Largo do Rosário como Polo Cultural, Histórico e Turístico do Estado de Mato Grosso**, e dá outras providências, LEI Nº 11.853, DE 27 DE JULHO DE 2022 - D.O. 28.07.22, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS, 2022. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/lei-11853-2022%20\(2\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/lei-11853-2022%20(2).pdf) Acesso em: 04 de junho de 2023.

SECOM-MT; site do Governo de Mato Grosso; com troca de VLT pelo BRT, **Governo garante revitalizar Ilha da Banana**, 2020. Disponível em: <https://www.sinfra.mt.gov.br/-/16166335-com-troca-de-vlt-pelo-brt-governo-garante-revitalizacao-da-ilha-da-banana> Acesso em: 01 de novembro de 2022.

Site G1, Mato Grosso; **Emanuel anuncia instalação de tapumes estilizados no entorno da Ilha da Banana**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/05/25/emanuel-anuncia-instalacao-de-tapumes-e-estilizados-no-entorno-da-ilha-da-banana.ghtml> Acesso em: 02 de novembro de 2022.

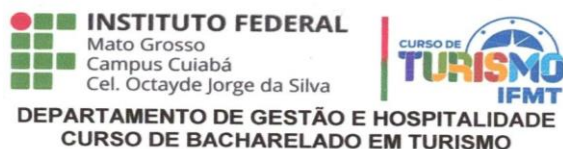
Turismo e sociedade: **aspectos teóricos** [livro eletrônico] / Bruno Martins Augusto Gomes, Silvana do Rocio de Souza (organizadores). -- 2. ed. – Curitiba: Bruno Martins Augusto Gomes, 2021. Disponível em: <https://turismoesociedade.ufpr.br/wp-content/uploads/2021/10/Livro-TS-2a-Edicao.pdf> Acesso em: 13 de setembro de 2022.

UFTM, Beatriz Schmidt, Ambra Palazzi, Cesar Augusto Piccinini; Entrevistas online: **potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID19**, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497966365017/html/> Acesso em: 09 de junho de 2023.

VENTURINI, Dantielle; **Ilha da Banana vira lixão a céu aberto e município quer assumir obras**, Gazeta Digital, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/ilha-da-banana-vira-lixo-a-cu-aberto-e-municipio-quer-assumir-obras/587178> Acesso em 24 de outubro de 2022.

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre Site; **Turismo**; 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo> Acesso em: 08 de outubro de 2022.

Apêndice A – Ofício de Solicitação para a Reunião com a sra. Matilde Santos Rodrigues



Ofício de Solicitação de Reunião
A Senhora Matilde Santos Rodrigues

Cuiabá, 04 de junho de 2023

Yasmin de Almeida Silva Santos Reis
Estudante do curso de Bacharelado em Turismo
Pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
Cel. Octayde Jorge da Silva

Prezado Senhora: Matilde Santos Rodrigues

A Estudante do Curso de Bacharelado em Turismo pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), para o então projeto de conclusão de curso (TCC), vem respeitosamente requerer através de V.Sa. espaço em sua agenda para reunião, com o máximo de brevidade, para tratar dos seguintes assuntos:

1. Como trabalho de conclusão de curso da então aluna Yasmin de Almeida Silva Santos Reis, foi finalizado que o tema do presente artigo é "LARGO DO ROSÁRIO EM CUIABÁ/MT E O IMPACTO DO SEU ABANDONO NO TURISMO". Dessa forma, para poder compreender mais sobre a veracidade dos fatos sobre o seu abandono, os impactos para o centro histórico de Cuiabá também com a perspectiva para a sua própria vida. O que a própria pensa sobre o aproveitamento do local, para um marco turístico, sem denegri mais nenhum casarão. Como está o processo de indenização que a própria deveria receber, entre outras. Essa entrevista e reunião seria de suma importância.

2. Através da realização da própria, será aplicado um formulário via Google Forms durante a entrevista, pela entrevistadora Yasmin de Almeida Silva Santos Reis. Serão no total 10 perguntas simples, a respeito do procedimento de responsabilidade do Largo do Rosário, a opinião da própria sobre todo esse processo, como tem funcionado a segurança do espaço, também a respeito

3. Dessa forma, a entrevista também pode ser realizada de forma aberta, onde o entrevistando se preferir poderá opinar com informações e percepções próprias, a respeito do assunto.

4. Sendo assim, solicito autorização para gravação da entrevista. Vale ressaltar que todas as informações serão utilizadas para beneficiar o local. Portanto, jamais denegrir a imagem do local e do entrevistando, pois por se tratar de um artigo científico no qual a proposta da entrevista também é ser aberta, seria de suma importância se fosse possível a realização desse procedimento de coleta de dados. Dessa forma, será possível analisar no pós reunião todas as informações oferecidas com mais detalhamento e para que não sejam esquecidas.

Respeitosamente



Matilde Santos Rodrigues

Desde já agradeço a atenção, na certeza que serei atendida.

Yasmin de Almeida Silva Santos Reis
Estudante do curso de Bacharelado em Turismo
Pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
Cel. Octayde Jorge da Silva
Cuiabá – Mato Grosso.
E-mail: yasmin.reis@estudante.ifmt.edu.br

CUIABÁ
JUNHO/2023

**Apêndice B – Formulário com as 10 perguntas realizadas em Entrevista
com a Sra. Matilde Santos Rodrigues.**

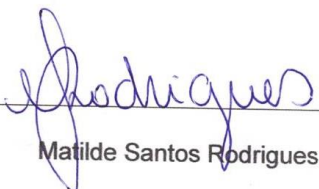
Perguntas

Destinatário: Matilde Santos Rodrigues.

Remetente: Yasmin de Almeida Silva Santos Reis.

Data: 04/06/2023.

Declaro que responde todas as perguntas deste formulário:


Matilde Santos Rodrigues.

- 1) Poderia me contar um pouco sobre a sua história e profissão?
- 2) Quando passou a residir no local?
- 3) Qual a sua opinião sobre o termo “Ilha da Banana”?
- 4) Além da senhora, existem outros moradores presentes no local?
- 5) Quais as curiosidades sobre o local?

6) A senhora já recebeu a sua indenização? Caso não, o por que?

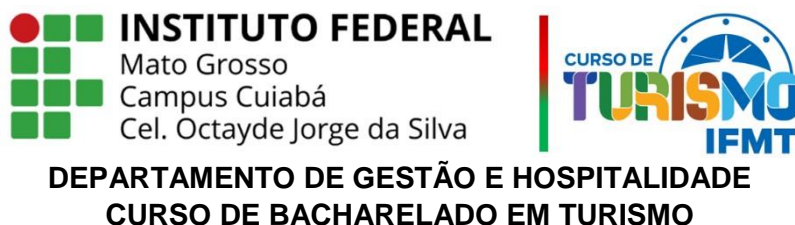
7) Como funciona a segurança do local? Com a instalação do tapume, esse quesito melhorou ou só piorou a segurança do local?

8) Poderia me explicar como foi o processo de desapropriações? Foi um processo passivo ou agressivo?

9) A senhora recebeu durante os últimos 4 anos em diante, algum documento sobre o local, seja em referência a desapropriação, ou futuros processos de revitalização, restauração ou indenização? Caso sim, quais?

10) Qual é o seu pensamento sobre o Largo do Rosário, para daqui 5 a 10 anos? O que a senhora imagina que o lugar poderia ser transformado já pensou sobre?

Apêndice C – Ofício de Solicitação para a Reunião com a Sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe de Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).



Ofício de Solicitação de Reunião

Ao Chefe de Divisão Técnica do

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Sr.
Adriano Orivaldo de Barros

Cuiabá, 26 de maio de 2023

Yasmin de Almeida Silva Santos Reis

Estudante do curso de Bacharelado em Turismo

Pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)

Cel. Octayde Jorge da Silva

Prezado Senhor: Adriano Orivaldo de Barros

A Estudante do Curso de Bacharelado em Turismo pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), para o então projeto de conclusão de curso (TCC), venho respeitosamente e responsavelmente requerer através de V.Sr. espaço em sua agenda para reunião, com o máximo de brevidade, para tratar dos seguintes assuntos:

1. Como trabalho de conclusão de curso da então aluna Yasmin de Almeida Silva Santos Reis, foi finalizado que o tema do presente artigo é “LARGO DO ROSÁRIO EM CUIABÁ/MT E O IMPACTO DO SEU ABANDONO NO TURISMO”,

este que será apresentado para avaliação de aprovação pelos docentes do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Dessa forma, para poder compreender mais sobre a veracidade dos fatos sobre o seu abandono, os impactos para o centro histórico de Cuiabá e até mesmo para o turismo, essa entrevista e reunião seria de suma importância.

2. Através da realização da própria, será aplicado um formulário via Google Forms durante a entrevista, pela entrevistadora Yasmin de Almeida Silva Santos Reis. Serão no total 17 perguntas simples e assuntos que serão abordados de forma sutil, para um bom diálogo entre as partes. Essas serão a respeito a respeito dos seguintes temas:

- Quais são os procedimentos de responsabilidade do Largo do Rosário (englobando também, quais os órgãos competentes estão inseridos no processo das demolições e desapropriações, e de uma possível revitalização ou restauração do espaço).
- Quais os motivos de o local ainda estar abandonado? Quais ações judiciais, estão impedindo o processo de uma possível ação de aproveitamento cultural sem denegrir mais o território?
- Foram apresentados e debatidos a respeito da possível realização de novos projetos com o intuito de preservar a cultura, história do local, isso a partir do ano de 2022 em diante, esta informação é validada?
- Caso seja possível um aproveitamento do local, sem que perca de suas raízes culturais e históricas, de qual forma isso pode ser realizada sem interferir negativamente nos casarões (residências familiares e comércios do local)?
- Por que mesmo sendo patrimônio histórico, os casarões foram demolidos? Este ato de governo, foi contra as leis e normas emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)? Pois existem documentos que comprovam e garante essa proteção dos próprios como: **“para os devidos fins, que o imóvel situado à Avenida Coronel Escolástico... faz parte do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá... estando sob os efeitos do Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, que rege a proteção do Patrimônio Cultural, assim como está incluído na Zona de Interesse Histórico 1 (ZIH 1). O referido imóvel está sujeito às exigências e restrições regulamentadas pela Instrução Normativa. O Artigo 2º da Instrução Normativa: A Preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá e do seu entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade... próprios da região durante os séculos dezoito (a Igreja do Rosário) e dezenove... aos quais se associaram elementos formais arquitetônicos do século vinte (as casas)... formando assim o conjunto objeto de preservação física”**. O documento, cita o século XXI? Caso não, esta lei passou por algum processo de Emendas Constitucionais ou teve alguma vigência depois desse século, ou sofreu revogação?

3. Dessa forma, a entrevista também pode ser realizada de forma aberta, onde o entrevistando se preferir, poderá opinar com informações e percepções próprias, podendo ser elas concordando ou descorando a respeito de quaisquer pontuações no decorrer da entrevista.

4.Sendo assim, solicito autorização para uma gravação em formato de áudio da entrevista. Vale ressaltar que todas as informações, serão utilizadas para beneficiar o local. Portanto, jamais denegrir a imagem do local e do entrevistando, pois por se tratar de um artigo científico no qual a proposta da entrevista também é ser aberta, seria de suma importância se fosse possível a realização desse procedimento de coleta de dados. Dessa forma, será possível analisar no pós reunião todas as informações oferecidas com mais detalhamento e para que não sejam esquecidas.

Respeitosamente



Adriano Orivaldo de Barros
Chefe Divisão Técnica IPHAN-MT
Portaria nº 108 de 18/03/2021
Mat. Siape nº 2088329

Desde já agradeço a atenção, na certeza que serei atendida.

Yasmin de Almeida Silva Santos Reis
Estudante do curso de Bacharelado em Turismo
Pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)
Cel. Octayde Jorge da Silva
Cuiabá – Mato Grosso.
E-mail: yasmin.reis@estudante.ifmt.edu.br

Cuiabá/MT

2023

AUTORIZAÇÃO

Eu, Adriano Orivaldo de Barros, Chefe da Divisão Técnica do IPHAN-MT **Autorizo** a gravar em (áudio) e aditar meu depoimento para uso de dados, no presente artigo científico de documento de conclusão de curso com o seguinte tema “LARGO DO ROSÁRIO EM CUIABÁ/MT E O IMPACTO DO SEU ABANDONO NO TURISMO”, da estudante de bacharelado em turismo Yasmin de Almeida Silva Santos Reis, do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Cel. Octayde Jorge da Silva, com a proposta de divulgação de conhecimento.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Cuiabá, 05 de junho de 2023



Assinatura: _____

Adriano Orivaldo de Barros
Chefe Divisão Técnica IPHAN-MT
Portaria nº 108 de 18/03/2021
Mat. Siape nº 2088329

Cuiabá/MT

2023

Apêndice D – Formulário com as 10 perguntas realizadas em Entrevista com o Sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe de Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).

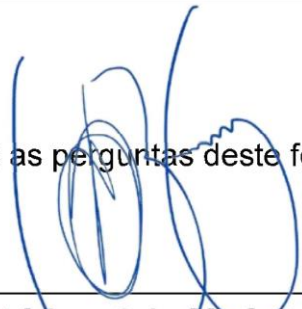
Perguntas

Destinatário: Sr. Adriano Orivaldo de Barros (Chefe de Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).

Remetente: Yasmin de Almeida Silva Santos Reis.

Data: 05/06/2023.

Declaro que respondi todas as perguntas deste formulário:



Adriano Orivaldo de Barros
Chefe Divisão Técnica IPHAN-MT
Portaria nº 108 de 18/03/2021
Mat. Siape nº 2088329

Existem algumas pessoas utilizando o termo “Ilha da Banana” para se referir ao

- 1) Existem algumas pessoas utilizando o termo “Ilha da Banana” para se referir ao Largo do Rosário. Dessa forma, o que o senhor sabe a respeito da origem deste nome?
- 2) Gostaria de compreender mais sobre como, é o sistema de proteção das localidades que se encontram no entorno de uma região tombada como o Centro Histórico. Essas regiões também são consideradas patrimônios tombados (sejam as casas ou o território como um todo), ou não?
- 3) Quem eram os responsáveis do setor público (prefeito, governador, deputados e senadores), que estavam envolvidos no processo de implementação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), e das desapropriações do local?

- 4) Se no projeto do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), ele iria passar somente de um dos lados do Largo do Rosário, por que iria se demolir e desapropriar tudo? Ou essa não era a intenção inicial?
- 5) Mesmo que o Largo do Rosário esteja em uma área de entorno do centro histórico, e tendo todo os seus devidos cuidados e regras com questões patrimoniais, ele ainda assim, poderia ter todas as suas demolições aprovadas, para a construir algo novo? Não a problema nisso?
- 6) Quem são os responsáveis que podem estar fazendo adequações no local?
- 7) Mediante a todas as leis aprovadas e até mesmo propostas. O senhor ainda acha local, pode sofre mediante as casas que ainda estão de pé, que totalizam 7 unidades, as desapropriações e demolições?
- 8) Todos os moradores receberam a indenização para desapropriação? Se não, quem ficou de fora?
- 9) Os moradores que não tiveram suas casas demolidas, receberam a indenização, ou iram receber? Caso não, por que?
- 10) Qual a sua opinião sobre a instalação dos tapumes no entorno do Largo do Rosário? E no que isso impactou para a região?
- 11) Quais outras alternativas seriam interessantes no lugar da instalação dos tapumes na região?
- 12) Quais os motivos do local ainda estar abandonado?
- 13) O Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, que rege a proteção do Patrimônio Cultural, assim como está incluído na Zona de Interesse Histórico 1 (ZIH 1). O referido imóvel está sujeito às exigências e restrições regulamentadas pela Instrução Normativa. O Artigo 2º da Instrução Normativa: A Preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e

Paisagístico da Cidade de Cuiabá e do seu entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade... próprios da região durante os séculos dezoito (a Igreja do Rosário) e dezenove... aos quais se associaram elementos formais arquitetônicos do século vinte (as casas)... formando assim o conjunto objeto de preservação física, foi atualizado?

- 14) Existe alguma Lei que protege o Largo do Rosário? Caso não, como este espaço pode ser conservado?
- 15) O que o Largo do Rosário precisa para receber um novo projeto e sair dessa situação de abandono, seria: dinheiro, aguardar processos e julgamentos jurídicos serem finalizados, ações... o quê? Que está impedindo com que o local comece uma ação de aproveitamento da cultura do local sem denegrir seu território?
- 16) A partir do ano de 2022, foram apresentados ou debatidos a respeito de possíveis realizações de novos projetos com o intuito de preservar a cultura e a história do local? Caso sim, quais são esses projetos ou ações?
- 17) É possível o aproveitamento do local, sem que perca de suas raízes culturais e históricas? Caso sim, de qual forma isso pode ser realizada sem interferir negativamente nos casarões (residências familiares e comércios o local)?